



COM SELIC EM 15%, BRASIL MANTÉM 2º LUGAR NO RANKING DOS PAÍSES COM MAIORES JUROS REAIS

Com a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 15% ao ano, o Brasil segue na segunda posição no ranking mundial de juros reais (descontada a inflação), abaixo apenas da Rússia.

A taxa real brasileira passou de 9,44% ao ano, dado do levantamento feito em dezembro, para 9,23% ao ano em janeiro. Na Rússia, os juros reais subiram de 7,89% para 9,88% ao ano no mesmo período, segundo ranking elaborado pelo Portal MoneyYou e pela Lev Intelligence.

Nesta quarta-feira (28), o Copom (Comitê de Política

Monetária) do Banco Central manteve a taxa básica em 15% ao ano.

O número brasileiro é uma combinação da inflação projetada para os próximos 12 meses -que caiu de 4,06% para 3,98% no período, segundo o boletim Focus, do Banco Central do Brasil- e dos juros de mercado de 12 meses à frente.

O Brasil possui juros reais mais elevados que Argentina (7,63%), Turquia (6,45%) e México (5,39%), para citar os países mais próximos no ranking, que reúne 40 economias que possuem uma taxa média de 2,33% ao ano.

Em termos nominais, a taxa brasileira permaneceu em quarto lugar, abaixo de Turquia (37%), Argentina (29%) e Rússia (16%), mas acima de Colômbia (9,25%), México (7%) e África do Sul (6,75%).

Entre esses 40 países, 67,5% mantiveram suas taxas nesse período, 30% cortaram e 2,5% elevaram.

Para a consultoria, o cenário de incertezas inflacionárias locais continua, dada a questão fiscal, complicando o cenário para as decisões de política monetária, ainda que a inflação tenha demonstrado alívio em diversos itens.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Dívida pública pode alcançar até R\$ 10,3 trilhões em 2026

Haddad vai propor a Galípolo consulta pública de projeto que amplia fiscalização do BC

Gleisi minimiza impacto do caso Master no governo e diz que consultoria de Lewandowski era regular

Com quórum desfalcado, Copom decide se mantém Taxa Selic



Cade certifica trânsito em julgado da fusão Petz-Cobasi, que deu origem à União Pet



NO MUNDO

Trump volta a ameaçar Irã com ataque 'muito pior' e diz que 'tempo está acabando'

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a ameaçar o Irã com um ataque "muito pior" caso o país persa não volte às negociações para selar um acordo sobre armas nucleares. Washington bombardeou as três principais instalações do programa nuclear iraniano em junho do ano passado, encerrando um conflito de 12 dias entre Teerã e Tel Aviv.

"Espero que o Irã rapidamente venha para a mesa e negocie um acordo justo e equilibrado -SEM ARMAS NUCLEARES", escreveu o republicano na rede Truth nesta quarta-feira (28), com suas habituais maiúsculas, acrescentando que "o tempo está se esgotando".

"O próximo ataque será muito pior! Não façam isso acontecer novamente", afirmou o americano. Os EUA mantêm uma escalada militar no Oriente Médio e anunciaram, na semana passada, o envio de aviões de ataque à região.



Trump já vinha ameaçando atacar a República Islâmica após o país reprimir brutalmente protestos que se espalharam pelo país -organizações de direitos humanos contabilizam mais de 5.000 vítimas, enquanto o regime admitiu que 3.000 pessoas morreram durante as manifestações.

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araqchi, disse que não teve contato com o enviado especial dos EUA para o Oriente Médio, Steve Witkoff, nos últimos dias nem solicitou negociações.

"Se eles quiserem que as negociações tomem forma,

certamente devem deixar de lado ameaças, exigências excessivas e a introdução de questões ilógicas", afirmou Araqchi em uma declaração televisada. Já o representante de Teerã na ONU disse que o Irã responderia "como nunca visto antes" se os EUA realizassem uma nova ofensiva.

Trump afirmou que uma força naval dos EUA, liderada pelo porta-aviões USS Abraham Lincoln, estava se aproximando do Irã. Dois funcionários americanos disseram à Reuters na segunda-feira (26) que o aparato militar havia chegado ao Oriente Médio. Folhapress

Conflito na Ucrânia é tão mortífero para soldados quanto a 2ª Guerra Mundial

Conflito marcado pelo uso intensivo de drones e atrito na linha de frente, a invasão russa da Ucrânia é tão mortífera para soldados quanto foi a Segunda Guerra Mundial para ambos os lados, que lutaram sob a bandeira da União Soviética de 1941 a 1945.

É o que apontam números de um novo estudo do Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), de Washington. Ele conta até 1,8 milhão de baixas militares desde a invasão em 24 de fevereiro de 2022 até o final de 2025, incluindo 465 mil mortes e o restante de feridos incapacitados para o combate.

Aplicando aos dados a régua da proporção entre mortos e feridos, fica claro o impacto para os militares, cada vez mais vulneráveis aos temidos drones na linha de frente.

Em conflitos modernos, a taxa usual mira algo como 1 morto para 7 a 10 feridos, refletindo também a quali-

dade do material de proteção individual e de blindados, os primeiros socorros e a rapidez de transferência para hospitais.

De 2022 a 2025, a Rússia registrou uma taxa de 1 morto para 2,7 feridos. Já a Ucrânia se sai algo melhor, 1 para 3,28. Ainda assim, são números semelhantes aos de seus antecessores que lutaram sob Josef Stálin: 1 morte para 2,57 feridos.

Naturalmente não são guerras comparáveis em escala. Segundo o Ministério da Defesa russo publicou em 1993, morreram 8,6 milhões de fardados de Moscou no conflito global, fora os 27 milhões de civis soviéticos.

A guerra toda, iniciado quando Adolf Hitler atacou a Polônia em 1939, deixou 70 milhões de mortos. Já o trecho com a participação soviética, após a invasão nazista de 1941, foi ultrapassado em tempo pelo embate atual.

Igor Gielow/Folhapress

Hamas diz que está pronto para transferir governo de Gaza a comitê palestino



A agência de notícias AFP afirmou nesta quarta-feira (28) que o grupo terrorista Hamas, que controla a Faixa de Gaza, está pronto para transferir o comando da região ao Comitê Nacional para o Governo de Gaza (NCAG, em inglês).

"Os protocolos estão preparados, os arquivos estão completos e os comitês estão em vigor para supervisionar a transferência, garantindo uma transferência completa de governança na Faixa de Gaza em todos os setores para o comitê tecnocrático",

disse o porta-voz do Hamas, Hazem Qassem, à AFP.

As negociações para a saída do Hamas do controle do território palestino fazem parte do acordo de cessar-fogo negociado entre o grupo terrorista e Israel com o apoio dos Estados Unidos, em 2025. O NCAG é presidido por Ali Shaath, ex-ministro dos Transportes da Autoridade Palestina, entidade que governa parcialmente a Cisjordânia ocupada.

O conselho é formado por 15 palestinos nascidos em Gaza, mas ligados à Autoridade Palestina, e foi clas-

sificado como um colegiado "técnico", com o objetivo de reconstruir a infraestrutura destruída pelos dois anos de bombardeamento por Israel. O órgão é subordinado ao Conselho da Paz encabeçado pelo presidente americano Donald Trump.

Nesta quarta, Qassem demandou que a passagem de Rafah, cidade no sul do território, entre Gaza e Egito "deve ser aberta em ambas as direções, com total liberdade de saída e entrada para a Faixa de Gaza, sem quaisquer obstáculos israelenses".

Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Dívida pública pode alcançar até R\$ 10,3 trilhões em 2026



Depois de encerrar 2025 acima de R\$ 8,6 trilhões e em nível recorde, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá chegar ao fim deste ano entre R\$ 9,3 trilhões e R\$ 10,3 trilhões. Os números foram divulgados nesta quarta-feira (28) pelo Tesouro Nacional, que apresentou o Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública para 2026.

O plano apresenta metas para a dívida pública para este ano. Assim como no ano passado, o governo criou um espaço para diminuir a fatia de títulos prefixados (com taxas de juros fixas e definidas antecipadamente) e aumentar a participação dos papéis corrigidos pela

taxa Selic (juros básicos da economia). Isso ajudaria a atrair os investidores aos títulos vinculados à Selic, que estão no maior nível em quase dois anos.

No ano passado, o PAF originalmente previa que a Dívida Pública Federal poderia encerrar 2025 entre R\$ 8,1 trilhões e R\$ 8,5 trilhões. Em setembro, o PAF foi revisado para que o indicador fechasse 2025 entre R\$ 8,5 trilhões e R\$ 8,8 trilhões.

Segundo o documento, a DPF deverá encerrar 2026 com a seguinte composição:

Títulos vinculados à Selic: de 46% a 50%, atualmente está em 48,3%;

Títulos corrigidos pela inflação: de 23% a 27%,

atualmente está em 25,9%;

Títulos prefixados: de 21% a 25%, atualmente está em 22%;

Títulos vinculados ao câmbio: de 3% a 7%, atualmente está em 3,8%.

Os números não levam em conta as operações de compra e venda de dólares no mercado futuro pelo Banco Central, que interferem no resultado.

Os títulos corrigidos por taxas flutuantes aumentam o risco da dívida pública, porque a Selic pressiona mais o endividamento do governo quando os juros básicos da economia sobem. Quando o Banco Central reajusta os juros básicos, a parte da dívida interna corrigida pela Selic aumenta imediatamente. Wellton Máximo/ABR

Quebra do Banco Master já custa mais de R\$ 50 bi, com perdas para FGC, BRB e fundos de pensão

Os custos da quebra do Banco Master, de Daniel Vercaro, superam os R\$ 50 bilhões até o momento, segundo dados divulgados.

Somente os recursos que terão de ser ressarcidos aos clientes pelo FGC (Fundo Garantidor de Créditos), mantido com recursos dos bancos, são estimados em R\$ 46,9 bilhões, sendo R\$ 40,6 bi do Master e outros bancos do conglomerado mais R\$ 6,3 bi do Will Bank.

O valor da perda total é incerto, já estão sendo apurados os prejuízos causados ao BRB (Banco de Brasília), fundos pensão e empresas.

Uma investigação independente em curso ainda apura os prejuízos causados ao BRB pelo banco de Daniel Vercaro. O Banco Central já determinou que o BRB separe R\$ 2,6 bilhões para cobrir perdas com a compra de carteiras de crédito fraudulentas no valor de R\$ 12,2 bilhões.

Até a data da liquidação do Master, o BRB já tinha recuperado cerca de R\$ 10 bilhões. O banco estatal

ainda avalia a necessidade de aporte adicional. A Folha de S. Paulo mostrou que o Master usou fundos com empréstimos em atraso e imóveis da família Vercaro para pagar o BRB.

O presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, afirmou à reportagem que o banco público do Distrito Federal não vai quebrar nem será liquidado pelo Banco Central. Souza chegou ao cargo em novembro, depois da saída de Paulo Henrique Costa, afastado e demitido do cargo após ser alvo de operação da PF Polícia Federal.

O Ministério Público de pelo menos seis estados investiga aplicações de fundos de previdência estaduais ou municipais em títulos do Master.

Dados do Ministério da Previdência Social apontam que institutos de aposentadoria aplicaram mais de R\$ 1,8 bilhão em letras financeiras do banco de Vercaro sem garantia do FGC no período de outubro de 2023 a dezembro de 2024.

Folhapress

Com quórum desfalcado, Copom decide se mantém Taxa Selic



Com a inflação desacelerando, mas alguns preços, como o de serviços, pressionados, o Copom do Banco Central faz nesta quarta-feira (28) a primeira reunião do ano. Mesmo com a queda recente do dólar, os analistas de mercado acreditam na manutenção da taxa no maior nível em quase 20 anos.

Atualmente em 15% ao ano, a Selic está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho do ano passado, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro últimas reuniões.

A decisão sobre a Taxa Selic será anunciada no início da noite desta quarta. O Copom estará desfalcado

porque o mandato dos diretores de Organização do Sistema Financeiro, Renato Gomes, e de Política Econômica, Paulo Pichetti, expirou no fim de 2025. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva só encaminhará as indicações dos substitutos na volta do Congresso Nacional, em fevereiro.

Na ata da última reunião, em dezembro, o Copom informou que a Selic será mantida em 15% ao ano por tempo prolongado para garantir a convergência da inflação à meta, sem indicar quando começaria a baixar os juros.

Segundo a ata do Copom, o cenário atual continua marcado por elevada incerteza, o que exige cautela na condução da política monetária. No cenário interno,

alguns preços, como o de serviços, continuam a pressionar a inflação, apesar da desaceleração da economia.

Segundo a edição mais recente do boletim Focus, pesquisa semanal com analistas de mercado, a taxa básica deve ser mantida em 15% ao ano até março. No entanto, as chances de uma redução ainda em janeiro aumentaram nos últimos dias com a queda recente do dólar, que voltou a ficar em torno de R\$ 5,20.

O comportamento da inflação continua uma incógnita. Prévia da inflação oficial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) ficou em apenas 0,2% em outubro e acumula 4,5% em 12 meses, tendo voltado para o teto da meta. Wellton Máximo/ABR

POLÍTICA

Haddad vai propor a Galípolo consulta pública de projeto que amplia fiscalização do BC



O ministro Fernando Haddad (Fazenda) vai propor ao presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, a realização de uma consulta pública sobre a minuta do projeto de lei complementar para ampliar o poder de fiscalização do BC no mercado de capitais.

Com a abertura da consulta pública, os integrantes do mercado poderão sugerir aperfeiçoamentos ao projeto antes de ele ser enviado ao Congresso Nacional. O assunto será discutido entre Haddad e Galípolo após o período de silêncio da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), que decide nesta quarta (28) os rumos da taxa de juros.

A proposta ganhou

tração no rastro das investigações do Banco Master, que têm apontado para um esquema bilionário de fraudes com o uso de fundos de investimento, hoje sob a alçada da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

O escândalo do Master expôs falhas na fiscalização da CVM que vão além da falta de pessoal, segundo pessoas que acompanham o tema no governo Lula. A crise acelerou as discussões do projeto, que está sendo tratado no Ministério da Fazenda desde 2024 pela Secretaria de Reformas Econômicas.

A ideia sofreu resistências dentro do governo e no mercado financeiro. Uma das dificuldades para o BC é o orçamento apertado do órgão regulador, que já está

tendo de lidar com novos investimentos decorrentes de inovações tecnológicas, como o Pix, além da falta de pessoal.

O projeto está em debate na equipe do Banco Central e o atual presidente da CVM, João Accioly, já foi consultado. Haddad, segundo interlocutores, vem destacando que esse é um projeto de Estado e deveria ser aprovado ainda neste ano, independentemente das eleições. Não é preciso a aprovação de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para fazer as mudanças.

O BC tem como praxe colocar em consulta pública propostas regulatórias que serão enviadas ao Legislativo e também aquelas que dependem de aprovação da sua diretoria. Folhapress

Alckmin conversa por telefone com vice-presidente da China

O presidente interino do Brasil, Geraldo Alckmin, manifestou, ao vice-presidente da República Popular da China, Han Zheng, preocupação com relação às salvaguardas aplicadas pelo país asiático à carne bovina produzida no Brasil. Os dois tiveram uma conversa telefônica de aproximadamente 30 minutos nesta quarta-feira (28).

Desde o dia 1º de janeiro, estão em vigor salvaguardas da China a suas importações de carne bovina, o que inclui produtos do Brasil e outros países, como Austrália e Estados Unidos. A medida tem previsão de durar três anos. Na relação com o Brasil, a previsão inicial é a de aplicar uma sobretaxa de 55% às carnes que ultrapassarem a cota anual de 1,1 milhão de toneladas.

Salvaguardas são instrumentos de defesa comercial, aplicados em situações específicas a produtos importados. Em geral, com o objetivo de proteger ou preservar algum setor da economia.

Vice-presidente, Alckmin ocupa a função de presidente interino nesta quarta-feira com a viagem do presidente Lula para o Panamá,

onde participa do Fórum Econômico Internacional da América Latina e Caribe.

Na conversa, Alckmin, que é também ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, ressaltou a relevância da pecuária para a economia brasileira, bem como a importância do setor aos olhos do governo federal.

De acordo com o Planalto, os dois falaram também sobre investimentos, em especial nas áreas de infraestrutura, tecnologia, inovação e sustentabilidade.

Durante a ligação telefônica, Alckmin e Zheng destacaram o crescimento de 8,2% da corrente de comércio bilateral em 2025, "que alcançou novo recorde anual de US\$ 171 bilhões, e reafirmaram o compromisso mútuo de preservar o diálogo com vistas à ampliação e diversificação das relações comerciais entre Brasil e China". PedroPeduzzi/ABR



Gleisi minimiza impacto do caso Master no governo e diz que consultoria de Lewandowski era regular



A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou nesta quarta-feira (28) que o governo Lula (PT) já sabia dos trabalhos de consultorias prestadas a bancos privados feito por Ricardo Lewandowski ao assumir o Ministério da Justiça e minimizou o impacto do caso do Banco Master na gestão.

À imprensa ela declarou que Lewandowski se afastou das funções atreladas aos bancos quando foi chamado para o governo e que o fato não teve relação com sua saída. Em sua fala, Gleisi enfatizou que a prisão de Daniel Vorcaro, dono do Master, se deu durante o comando do então ministro

e que, portanto, não houve impacto nas apurações do crime.

"Isso não é impeditivo. Me pergunto por que as pessoas ficam divulgando isso, qual o crime?", questionou ela. "Como isso influenciou a investigação? Volto a dizer, o presidente do Banco Master foi preso nessa gestão do presidente Lula, na gestão do ministro Lewandowski." O escritório de advocacia da família de Lewandowski foi contratado pelo Banco Master de 2023 a agosto de 2025. Em parte desse período, ele era ministro da Justiça.

Lewandowski ficou na pasta, à qual a Polícia Federal, que investiga o caso, é subordinada, entre 1º de

fevereiro de 2024 e 9 de janeiro deste ano.

O ex-ministro saiu do escritório em 17 de janeiro de 2024, pouco antes de assumir o cargo no governo.



Desde então, a banca está a cargo de sua mulher, Yara de Abreu Lewandowski, e do filho do casal Enrique Lewandowski. Mesmo com a saída do ministro, eles seguiram prestando serviços para o Master, que era um dos clientes do escritório.

A informação foi revelada pela coluna da Andreza Matais, no portal Metrôpoles, e confirmada pela reportagem. O veículo também afirmou que o contrato para consultoria jurídica do banco tinha o valor de R\$ 250 mil mensais. Folhapress




PUBLICIDADE LEGAL

Possíveis candidatos ao Senado em SP

Candidatura já consolidada

	Nome	Partido	
	Ricardo Salles	Novo	Tem candidatura tida como certa, apesar de rompimento com Bolsonaro
	Guilherme Derrite	PP	Pré-candidato com aval de Tarcísio e Bolsonaro

Em disputa por uma vaga

	Nome	Partido	
	Rosana Valle	PL	Preferida de Michelle, mas alvo de crítica de Eduardo
	Gil Diniz	PL	Apoiado por Eduardo, mas é desafeto de Tarcísio
	Sonaira Fernandes	PL	Apoiada por Eduardo, mas tem viabilidade questionada
	Mario Frias	PL	Apoiado por Eduardo, mas é desafeto de Michelle
	Marco Feliciano	PL	Pode ter apoio de Bolsonaro como pagamento de “dívida”, mas chance é pequena
	Cel. Mello Araújo	PL	Tem proximidade com Bolsonaro, mas acumulou conflitos na prefeitura
	Geraldo Alckmin	PSB	Competitivo em SP, mas prefere ser vice-presidente
	Fernando Haddad	PT	Principal aposta do PT, mas prefere não concorrer em 2026
	Simone Tebet	MDB	Tem eleitorado em SP, mas precisa encontrar um novo partido
	Márcio França	PSB	Quer ser governador de SP, mas depende de acordo com o PT
	Marina Silva	Rede	Tem apoio do PT, mas precisa encontrar um novo partido
	Alexandre Padilha	PT	Opção do PT para o Senado caso seja necessário preencher uma segunda vaga
	Luiz Marinho	PT	Opção do PT para o Senado caso seja necessário preencher uma segunda vaga

Rocky Valley Securitizadora S.A.
CNPJ nº 63.822.022/0001-57 - NIRE 35300681479

Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas Realizada em 23/01/2026
Data, Hora e Local: Em 23/01/2026, às 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** (i) Presidente – Mario Hilsenrath Filho; (ii) Secretário – Denis Shuiti Ueda. **Deliberações aprovadas:** (i) a autorização para que a Companhia realize a emissão de 3.000 debêntures simples, com garantia real, emitidas em 02 séries, não conversíveis em participação acionária da Companhia, destinadas para colocação privada, no valor total de emissão de R\$3.000.000,00, a serem emitidas pela Companhia nos termos do *Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Participação Acionária, Com Garantia Real, Emitidas em 02 Séries, Destinadas Para Colocação Privada, da Rocky Valley Securitizadora S.A.* (“**Emissão**”, “**Debêntures**” e “**Escritura de Emissão**”, respectivamente); (ii) a autorização para que os representantes legais da Companhia pratiquem todos e quaisquer atos necessários tanto para a consecução da Emissão bem como para a celebração e o registro da Escritura de Emissão das Debêntures, o que inclui a celebração e o registro do “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Promessa de Cessão Fiduciária e Outras Avenças*”, a ser celebrado entre a Companhia e os titulares das Debêntures (“**Contrato de Cessão Fiduciária**”); (iii) a autorização para que os representantes legais da Companhia possam assinar quaisquer documentos relacionados à Emissão, às Debêntures, à Escritura de Emissão das Debêntures e ao Contrato de Cessão Fiduciária; (iv) a ratificação de todos os atos eventualmente já praticados pelos representantes legais da Companhia para a consecução da Emissão e a celebração e o registro da Escritura de Emissão das Debêntures e do Contrato de Cessão Fiduciária; e (v) a autorização para que os representantes legais da Companhia possam celebrar quaisquer atos, aditamentos, rratificações e/ou alterações que digam respeito a qualquer documento ou ato relacionado à Emissão, às Debêntures, à Escritura de Emissão e/ou ao Contrato de Cessão Fiduciária. Nada mais. São Paulo/SP, 23/01/2026.

Top Service Serviços e Sistemas S.A.

CNPJ/MF nº 00.973.749/0001-15 - NIRE 3530053049-7

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/12/2025

Data, Hora e Local: Em 17/12/2025, às 10hs, na sede. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da única acionista da Companhia. **Mesa:** **Presidente:** Anderson Nunes da Silva. **Secretário:** Guilherme Nascimento Robertella. **Deliberações aprovadas:** **5.1** **Aprovada** a constituição de 01 nova Filial da Companhia, conforme segue detalhada: **Filial Itabira/MG:** Localizada na Cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais, à Avenida Rio Doce nº 355, Bairro Major Lage de Cima, CEP nº 35.900-393, em processo de constituição/legislação; **5.2** **Aprovada** a alteração do §Único, do Artigo 2º, do Estatuto Social da Companhia, para refletir a deliberação acima aprovada, que passará a vigorar com a seguinte redação, conforme descrito no Estatuto Social abaixo, como (“**Anexo I**”). **5.3** **Aprovada** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Nada mais. São Paulo (SP), 17/12/2025. **ANEXO I. ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO - (39ª Alteração). Capítulo I. Denominação, Sede, Filiais, Objeto Social e Duração. Artigo 1º: A Top Service Serviços e Sistemas S.A. (“Companhia”)** é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, regendo-se por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial, pela Lei nº 6.404 de 15/12/1976 (“Lei nº 6.404/1976”). **§ Único:** A Companhia gira adotando quaisquer dos seguintes nomes fantasias, de acordo com sua conveniência/interesse: **Top Service, Predial, Mopplecan, Conserbens, In-Haus, Secom, Magnum, Método, Proevi, Graber Serviços, Elma Serviços, Elma Ambiental, Fortaleza, Rudder e/ou Unicacorp. Artigo 2º:** A Companhia tem sede e foro jurídico na Cidade e Estado de São Paulo, à Avenida Miguel Frias e Vasconcelos n.º 1.205, 1º - Andar, Bairro do Jaguaré, CEP nº 05.345-000, e, por resolução da(s) Acionista(s), poderá abrir e extinguir Filiais, Escritórios, Depósitos e outras dependências em qualquer parte do território nacional ou no exterior, observadas as formalidades legais. **§ Único:** A Companhia possui as seguintes filiais: **(i) Filial São Paulo/SP:** Localizada na Cidade e Estado de São Paulo, à Avenida Miguel Frias e Vasconcelos n.º 1.205, 1º andar, Bairro do Jaguaré, CEP nº 05.345-000, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCESP com o NIRE nº 3590375205-0, em sessão de 07.01.2010 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0008-91;** **(ii) Filial Rio De Janeiro/RJ:** Localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, em Campo de São Cristóvão nº 220, suplementar para a Rua Senador Alencar nº 11, 1º - Andar, Bairro de São Cristóvão, CEP nº 20.921-440, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCERJA com o NIRE nº 3390112423-8, em sessão de 08.04.2011 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0014-30;** **(iii) Filial Recife/PE:** Localizada na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, à Rua Padre Luiz Marques Teixeira nº 271, Bairro Boa Viagem, CEP nº 51.021-530, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCEPE com o NIRE nº 2690061158-0, em sessão de 13.09.2012 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0018-63;** **(iv) Filial Lauro De Freitas/BA:** Localizada na Cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, à Rua Pelicano nº 405, 1º - Andar, Loteamento Varandas Tropicais, Quadra 04, Lote 20 - Portão, Bairro Pitangueiras, CEP nº 42.701-340, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCEB com o NIRE nº 2990107224-3, em sessão de 25.09.2012 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0016-00;** **(v) Filial Macaé/AL:** Localizada na Cidade de Macaé, Estado de Alagoas, à Avenida Eraldo Lins Cavalcante nº 1, Quadra N, Lote 1, Bairro Serraria, CEP nº 57.046-570, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCEAL com o NIRE nº 2790033539-7, em sessão de 28.09.2012 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0017-82;** **(vi) Filial Fortaleza/CE:** Localizada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Coronel Alves Teixeira nº 1500, Bairro Dionísio Torres, CEP nº 60.135-208, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCEC com o NIRE nº 2390054542-8, em sessão de 13.05.2014 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0019-44;** **(vii) Filial Praia Grande/SP:** Localizada na Cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo, à Rua Fumio Miyazi nº 141, Sala 1.801, Bairro Boqueirão, CEP nº 11.701-160, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCESP com o NIRE nº 3590492781-3, em sessão de 28.01.2015 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0020-88;** **(viii) Filial São Leopoldo/RS:** Localizada na Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, à Rua Presidente João Goulart nº 401, 1º - Andar, Bairro Padre Réus, CEP nº 93.030-090, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCISRS com o NIRE nº 4390169609-1, em sessão de 11.12.2018 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0021-69;** **(ix) Filial Belo Horizonte/MG:** Localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Avenida Raja Gabaglia nº 3.081, 1º - Andar, Bairro São Bento, CEP nº 30.350-563, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCEMG com o NIRE nº 3190266754-3, em sessão de 01.03.2019 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0022-40;** **(x) Filial Brasília/DF:** Localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor SAA Quadra 3, Lote 465, S/N, Bairro SIA, Setor - B, CEP nº 70.632-300, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCDF com o NIRE nº 5390039267-7, em sessão de 08.03.2019 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0023-20;** **(xi) Filial Vitória/ES:** Localizada na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, à Avenida Carlos Gomes de Sá nº 335, Sala 101, Edifício Centro Empresarial, Bairro Mata da Praia, CEP nº 29.066-040, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCEES com o NIRE nº 3290061493-1, em sessão de 25.06.2019 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0024-01;** **(xii) Filial Florianópolis/SC:** Localizada na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, à Rua Antônio Gomes Soares nº 71, Sala 01, Bairro Estação do Mar - Coqueiros, CEP nº 88.080-018, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCESC com o NIRE nº 4290126375-8, em sessão de 05.09.2019 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0025-92;** **(xiii) Filial São Luís/MA:** Localizada na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, à Avenida São Luís Rei de França nº 100-A, Quadra 4, Lote 05, Bairro Turu, CEP nº 65.065-470, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCEMA com o NIRE nº 2190058174-1, em sessão de 05.12.2019 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0026-73;** **(xiv) Filial Parauapebas/PA:** Localizada na Cidade de Parauapebas, Estado do Pará, à Rua 131 S/Nº, Quadra 64, Lotes 13 ao 15, Bairro Beira Rio Parauapebas, CEP nº 68.515-000, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCEPA com o NIRE nº 1590200277-8, em sessão de 05.12.2019 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0027-54;** **(xv) Filial Aparecida de Goiânia/GO:** Localizada na Cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, à Avenida Dona Maria Cardozo s/nº, Quadra 025, Lote 003E, Complemento Lotes 03 e 04, Bairro Jardim Luz, CEP nº 74.915-175, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCEG com o NIRE nº 5290161395-1, em sessão de 16.12.2020 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0028-35;** **(xvi) Filial Manaus/AM:** Localizada na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, à Rua Irmã Creuza Coelho nº 143-A, Bairro Zumbi dos Palmares, CEP nº 69.084-070, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCEA com o NIRE nº 1392000835-7, em sessão de 09.09.2021 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0029-16;** **(xvii) Filial Sinop/MT:** Localizada na Cidade de Sinop, Estado do Mato Grosso, à Rua Burtle Marx nº 953, Sala 1.049-A, Lote 01, Bairro Residencial Cidade Jardim, CEP nº 78.550-744, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCEMAT com o NIRE nº 5192002706-9, em sessão de 23.06.2022 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0030-50;** **(xviii) Filial Salvador/BA:** Localizada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, à Rua Conselheiro Dantas nº 22/24, Sala 706, Edifício Bradesco, Bairro Comércio, CEP nº 40.015-070, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCEB com o NIRE nº 2990206597-6, em sessão de 12.07.2023 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0032-11;** **(xix) Filial Três Lagoas/MS:** Localizada na Cidade de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul, à Avenida Capitão Olinto Mancini nº 722, Bairro Centro, CEP nº 79.601-091, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCEMS com o NIRE nº 5492008390-5, em sessão de 21.03.2024 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0033-00;** **(x) Filial Rio De Janeiro - O2/RJ:** Localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, em Campo de São Cristóvão nº 240, Bairro São Cristóvão, CEP nº 20.921-440, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCERJA com o NIRE nº 3390165380-0, em sessão de 25.04.2025 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0034-83;** **(xci) Filial Brumadinho/MG:** Localizada na Cidade de Brumadinho, Estado de Minas Gerais, à Rua Presidente Vargas nº 1.381 3º - Pavimento, Bloco A, Apartamento A - 304, Bairro Planalto 2 Seção, Quadra 001, Lote 003A, CEP nº 32.482-028, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCEMG com o NIRE nº 3192017884-2, em sessão de 27.01.2025 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0035-64;** **(xii) Filial Cubatão/SP:** Localizada na Cidade de Cubatão, Estado de São Paulo, à Rua Assembleia de Deus nº 39, Sala 411, Quadra 1, Lote 21, Bairro Jardim Sim Francisco, CEP nº 11.500-040, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCESP com o NIRE nº 3590688037-7, em sessão de 18.07.2025 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0036-45;** **(xiii) Filial Aracaju/SE:** Localizada na Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, à Rua Deputado Euclides Paes Mendonça nº 30, Sala 03, Bairro Salgado Filho, CEP nº 49.020-460, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCESE com o NIRE nº 2890030956-7, em sessão de 18.07.2025 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0037-25;** **(xiv) Filial São Gonçalo Do Amarante/CE:** Localizada na Cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará, à Avenida Dona Beatriz Braga nº 1.568, Sala Comercial 3, Bairro Pecém, CEP nº 62.670-000, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCEC com o NIRE nº 2392005119-6, em sessão de 18.07.2025 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0038-07;** **(xv) Filial Nova Lima/MG:** Localizada na Cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, à Rua King nº 108, Quadra 00152, Lote 0023, Bairro Jardim Canadá, CEP nº 34.007-694, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na JUCEMG com o NIRE nº 3192019465-1, em sessão de 10.09.2025 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.973.749/0039-98;** e **(xvi) Filial Itabira/MG:** Localizada na Cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais, à Avenida Rio Doce nº 355, Bairro Major Lage de Cima, CEP nº 35.900-393, em processo de constituição/legislação” Artigo 3º: A Companhia tem por Objeto Social: **(a)** Locação de Mão de Obra Temporária nos termos da Lei nº 6.019/1974; **(b)** A prestação de serviços: **(i)** de limpeza, inclusive limpeza técnica, de conservação na manutenção de prédios residenciais, comerciais e industriais, assim abrangendo a execução de tais serviços em rodovias e ferrovias, além de eventuais obras e instalações; **(ii)** de recrutamento e seleção de pessoal, bem como, de fornecimento, administração e gestão de recursos humanos para terceiros; **(iii)** de organização e de administração de condomínios, feiras e eventos; **(iv)** de distribuição ponto a ponto de jornais, revistas, correspondências, contas e demais itens da atividade de “currier”; **(v)** de jardinagem, paisagismo, conservação externa e de sistema viário; **(vi)** de manutenção predial nas áreas elétrica, hidráulica, telefônica, de sistemas de ar condicionado, de infraestrutura em geral, bem como, de reformas e construções de pequeno e médio porte; **(vii)** de locação e higienização de toalhas de limpeza industriais e de uniformes; **(viii)** de operações de “call center”; **(ix)** de leitura de medidores de energia elétrica e de hidrômetros; **(x)** de administração, coleta e destinação de resíduos; **(xi)** de carga, descarga e administração de estoques; **(xii)** de logística interna e externa; **(xiii)** de portaria e recepção de empresas; **(xiv)** de administração de estacionamentos; **(xv)** de limpeza e lavagem de veículos; **(xvi)** de consultoria e auditoria de processos de coleta e limpeza; **(xvii)** de serviços de motoboy; **(xviii)** de repositores e abastecimento de sistemas “self service”; **(xix)** de relações públicas; **(xx)** de organização, produção e promoção de eventos em geral e gerenciamento; **(xci)** de administração e prestação de serviços administrativos de estabelecimentos comerciais; **(xcii)** de serviços de arquitetura, engenharia civil, engenharia mecânica, elétrica e agrária; **(xciii)** de administração de arquivos; **(xciv)** de manutenção de imóveis e congêneres em geral ou especificamente para a área de saúde **(hospitais, clínicas médicas e afins)**, suas áreas internas, externas, instalações e equipamentos,

incluindo sistemas de ar condicionado e ventilação mecânica, bem como o fornecimento de peças, partes, componentes, materiais e outros bens necessários para a prestação dos serviços, diretamente ou mediante a cessão/subcontratação de terceiros; **(xcv)** especializados com ou sem fornecimento de mão de obra, fora do âmbito da atividade fim do contratante, dentre os quais serviços de “facilities”; **(xcvii)** de planejamento, organização, coordenação, programação e consultoria **(de caráter técnico, administrativo e/ou financeiro)**, em geral ou especificamente para a área de saúde **(em hospitais, clínicas médicas e afins)**, envolvendo a execução, pelo próprio contratante dos serviços ou por terceiros, de atividades, operações, fornecimento e/ou serviços de interesse do contratante dos serviços; **(xcviii)** de aplicação de defensivos agrícolas, incluindo a aplicação de herbicidas; **(xcviii)** de bombeiro civil - regido pela lei nº 11.901 de 12-jan-2009; **(xcix)** de camareira(o)(s) em alojamentos de empresas, **exceto**, em albergues, campings, pensões, alojamentos especializados para deficientes físicos e casas geriátricas, e, aluguel de imóveis; **(xxx)** de atendimento médico e enfermagem; **(xxxi)** de chaveiro(s); **(xxxi)** manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente; **(xxxi)** de proteção florestal; **(xxxi)** de consultoria em serviços administrativos em projetos ambientais; **(xxxi)** de treinamento de pessoas em serviços administrativos em projetos ambientais; **(xxxi)** especializados de prevenção e combate a incêndio; **(xxxi)** de brigadista particular para indústria, comércio, escritórios e residências; **(xxxi)** de gravação de carimbos, **exceto**, confecção; **(xxxi)** de preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo às empresas; **(xl)** de instalação e manutenção elétrica e de sistemas de ar condicionado, de ventilação e refrigeração; **(xli)** de administração de obras; **(xlii)** de projeto, elaboração e execução de obras de montagem industrial e de estruturas metálicas; **(xliii)** de tele atendimento; **(xliv)** de instalação de máquinas e equipamentos industriais; **(xlv)** de tratamento e disposição de resíduos não-perigosos; **(xlvi)** de perícia técnica relacionados a segurança do trabalho; **(xlvii)** de sonorização e iluminação; **(xlviii)** de monitoramento eletrônico de segurança interno e/ou externo; **(xlix)** de suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; e, **(l)** de representações comerciais em geral: **(c)** Correspondente bancário no País para: **(i)** promoção de negócios de qualquer natureza; **(ii)** gestão comercial; **(iii)** assessoria financeira comercial e mercadológica; e **(iv)** análise de crédito de seleção de riscos e de acompanhamento de contas; **(d)** Coordenação junto a instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito para criação administração e comercialização de cartões de crédito ou outros meios de congêneres destinados a premiações em campanhas ou quaisquer esforços relacionados a incentivos de vendas; **(e)** Coleta análise pesquisa e fornecimento de informações na área de promoção de eventos e “merchandising”; **(f)** O transporte rodoviário de cargas e passageiros; **(g)** A locação e a gestão de frotas de veículos e de equipamentos comerciais e industriais; **(h)** Comercialização de: **(i)** produtos alimentícios não preparados; **(ii)** materiais e equipamentos de limpeza; **(iii)** materiais de higiene, de escritório, de informática, de paisagismo e jardinagem; **(iv)** produtos descartáveis; **(v)** produtos químicos, utensílios, uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs); e **(vi)** equipamentos e materiais diversos; **(i)** A participação em outras empresas simples, ou empresárias nacionais, ou estrangeiras, bem como, em empreendimentos na qualidade de Sócia Acionista ou Quotista; **(j)** A Coleta, identificação, tratamento, embalagem e rotulagem de produtos perigosos para transporte; e, **(k)** O transporte rodoviário de produtos perigosos. **Artigo 4º:** A Companhia terá duração por tempo indeterminado, dissolvendo-se por determinação da Assembleia Geral ou nas hipóteses previstas em lei, com a observância das disposições legais e estatutárias. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Artigo 5º:** O Capital Social é de **R\$ 1.450.923.939,76**, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, representados por **235.952.390** ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§1º:** As ações serão indivisíveis perante a Companhia, que não reconhecerá mais que um proprietário para cada unidade, e a propriedade das ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro de “Registro de Ações Nominativas” da Companhia. **§2º:** A transferência das ações de emissão da Companhia se opera por termo lavrado no livro de “Transferência de Ações Nominativas”, datado e assinado pelo Cedente e pelo Cessionário, ou seus legítimos representantes. Se a transferência for decorrente de decisão judicial, a transmissão se fará mediante averbação no livro “Registro de Ações Nominativas”, à vista de documento hábil, que ficará em poder da Companhia. **§3º:** Cada ação ordinária dará direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **Artigo 6º:** Ocorrendo aumento de Capital Social por subscrição de novas ações, os Acionistas terão direito de preferência, nos termos do que dispõe o art. 171 da Lei nº 6.404/1976, pelo prazo de 30 dias contados da publicação da ata da Assembleia Geral que o tiver aprovado. **§1º:** O direito de preferência de que cuida o “caput” deste artigo não alcança os aumentos de Capital decorrentes da conversão em ações de debêntures, bônus de subscrição e partes beneficiárias. **§2º:** A subscrição de ações para integralização a prazo fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas condições fixadas pela Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Artigo 7º:** A Companhia poderá adquirir, mediante deliberação pela Assembleia Geral, para permanência em tesouraria ou cancelamento, suas próprias ações até o limite do saldo de lucros ou reservas, exceto a reserva legal, e sem diminuição do Capital Social. **Artigo 8º:** Observado o disposto em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, caso qualquer Acionista receba, de terceiros ou de qualquer outro Acionista, uma proposta para alienar, ceder e/ou transferir, a qualquer título, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, suas ações ou direito de subscrição de ações e/ou títulos conversíveis em ações (“Ações Ofertadas”), este Acionista (“Acionista Ofertante”) deverá oferecer as Ações Ofertadas aos demais Acionistas, que terão o direito de preferência para adquiri-las, proporcionalmente às suas ações, e nos mesmos termos e condições oferecidos pelo terceiro interessado (“Direito de Preferência” e “Potencial Comprador”, respectivamente), observado o disposto abaixo: **§1º:** A oferta para o exercício do Direito de Preferência será realizada por notificação escrita do Acionista Ofertante aos demais Acionistas, contendo o número de Ações Ofertadas, bem como os termos e condições com base nos quais o Potencial Comprador pretende adquirir as Ações Ofertadas, incluindo o preço total a ser pago por Ação Ofertada, o prazo e forma de pagamento, garantias a serem prestadas, outras condições da proposta e o nome e identificação completos do Potencial Comprador (“Oferta de Compra Vinculante”). **§2º:** No prazo de 30 dias seguintes ao recebimento da Oferta de Compra Vinculante, os demais Acionistas deverão informar, por escrito, ao Acionista Ofertante, se exercerão ou não seu Direito de Preferência, assim como se exercerão o direito de adquiri-las as ações que não forem adquiridas pelos demais Acionistas (“Sobras de Ações”). **§3º:** Caso a totalidade das Ações Ofertadas tenha sido objeto do exercício do Direito de Preferência, os Acionistas que exercerem o Direito de Preferência obrigam-se a praticar todos os atos e a assinar todos os documentos necessários para a formalização da transferência das ações em até 45 dias a contar do recebimento da última notificação. **§4º:** Caso os demais Acionistas não exerçam o Direito de Preferência para a aquisição da totalidade das Ações Ofertadas, o Acionista Ofertante estará livre para alienar as Ações Ofertadas para terceiros, desde que por preço superior ao ofertado pelos demais Acionistas, e em igualdade de condições. Em nenhuma hipótese as Ações Ofertadas podem ser alienadas e/ou transferidas para um concorrente e/ou pessoa que, de qualquer maneira, possa comprometer a imagem e reputação da Companhia. **§5º:** Caso o Acionista Ofertante não conclua a transferência das Ações Ofertadas para o Potencial Comprador, no prazo de 45 (quarenta e cinco dias) contados do fim do prazo para o exercício do Direito de Preferência pelos demais Acionistas, todo o procedimento regulado neste Artigo deverá ser novamente executado. **§6º:** O Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia pode regular, entre os seus signatários, a preferência para aquisição das ações entre eles, inclusive antes da oferta para outros Acionistas não signatários dos respectivos Acordos, a ordem de preferência, os prazos e a forma de oferta das ações, incluindo o direito de primeira oferta e/ou recusa, dentre outros procedimentos relacionados à compra e venda das ações e da preferência para adquiri-las, ainda que em formato diverso do acima estabelecido. **Capítulo III. Administração da Companhia. Artigo 9º:** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 2 e, no máximo, 8 membros, denominados individualmente Diretores, residentes no país, com mandato de até 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§1º:** Um membro da Diretoria será sempre designado como **Diretor Presidente**, outro será designado como **Diretor Vice-Presidente de Operações**, recebendo os demais Diretores **Sem Designação Específica**. Os Diretores serão tratados coletivamente como “**Diretoria**”. **§2º:** Todos os membros eleitos estarão dispensados de prestar caução para exercer suas funções nos respectivos cargos. **§3º:** Não obstante o mandato dos Diretores ser de 3 anos, qualquer um deles poderá ser destituído do cargo por deliberação da Assembleia Geral, nos termos previstos neste Estatuto Social e observado o disposto em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **§4º:** Os Diretores eleitos na forma deste Estatuto serão investidos nos seus cargos mediante termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reunião da Diretoria, no prazo de 30 dias contados de sua eleição. Se o termo de posse não for assinado no prazo acima estabelecido, nos termos do que determina o § 1º do art. 149 da Lei nº 6.404/1976, a nomeação tornar-se-á sem efeito, salvo se devidamente justificado. **§5º:** Mesmo depois de terminado o mandato para o qual foram eleitos, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos seus substitutos. **§6º:** Na ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Diretor designado pela Assembleia Geral. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer outro Diretor, o Diretor-Presidente designará aquele, dentre os Diretores, que acumulará, provisoriamente, as funções do ausente ou impedido. **§ Sétimo:** Em caso de vacância ou impedimento definitivo verificado em qualquer um dos cargos da Diretoria, o(s) Diretor(es) remanescente(s) administrará(ão) a Companhia na forma prevista neste Estatuto, até a eleição do substituto, que será procedida pela Assembleia Geral, dentro de 15 dias contados da data da vacância do cargo ou verificação do impedimento, sendo que a gestão do novo Diretor terminará no prazo de gestão do Diretor substituído. **Artigo 10º:** Compete à Diretoria praticar os atos normais de administração, necessários à consecução dos fins sociais, podendo representar a Sociedade ativa e passivamente, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, celebrar contratos e adquirir, alienar, onerar bens, nos termos previstos neste Artigo e de acordo com as limitações impostas por este Estatuto Social. **§1º:** Ressalvado o disposto no §3º abaixo, compete a 2 Diretores em conjunto ou a 1 Diretor em conjunto com 1 Procurador, o uso da firma da Companhia e a representação desta, ativa ou passivamente, perante terceiros, no Brasil ou exterior, podendo, para tanto, contrair obrigações, abrir e operar contas bancárias, transigir, ceder e renunciar direitos, podendo, enfim, praticar todos os atos normais de administração necessários à consecução dos fins sociais e ao regular funcionamento da Companhia, observando-se as limitações previstas neste Estatuto Social. **§2º:** A Diretoria, representada por 2 Diretores em conjunto, poderá nomear Procuradores para agir em nome da Companhia, cujo instrumento de mandato estabelecerá, expressa e detalhadamente, os poderes que lhes são atribuídos, observadas as limitações contidas neste Estatuto Social e o prazo de vigência, que não poderá ser superior a 1 ano, excetuando-se desta restrição e desse prazo de validade, o mandato judicial. **§3º:** Não obstante o disposto nos artigos acima e observado as disposições desse Estatuto, notadamente as que exigem autorização prévia da Assembleia Geral, a Companhia poderá ser representada, **isoladamente**, por qualquer um dos Diretores ou por um Procurador com poderes especiais; **(i)** Na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante as repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Polícia Federal, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores; **(ii)** perante concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, em atos que não importem em assunção de

obrigações ou na desoneração de obrigações de terceiros; **(iii)** para a preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias; **(iv)** no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias da Companhia; **(v)** para representar a Companhia nas assembleias gerais de Acionistas ou equivalentes de sociedades, consórcios e outras entidades das quais participe a Companhia; **(vi)** para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, na representação ativa e passiva da Companhia em Juízo, bem como para prestar depoimento pessoal ou praticar atos análogos; **(vii)** na assinatura de documentos de qualquer espécie que importem em assunção de obrigação pela Companhia, em circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo Procurador e desde que autorizado pela Diretoria; e, **(viii)** para emissões e/ou renovações de certificados digitais em nome da Companhia. **§4º:** São expressamente vedados, sendo nulos de pleno direito e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, Procurador ou Funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetos sociais. A Companhia somente poderá prestar fianças, avais ou outras garantias em favor de terceiros, após prévia aprovação da Assembleia Geral, nos termos fixados neste Estatuto Social. **§5º:** É vedado aos Diretores prestarem, em nome da Companhia, avais, fianças e/ou equivalentes em favor de Terceiros, quaisquer Pessoas Jurídicas ou Físicas, exceto em favor de Pessoas Jurídicas integrantes do Grupo Empresarial no qual a Companhia está inserida, ou seja, qualquer Pessoa Jurídica Controlada ou Coligada, direta ou indiretamente, pela **GPS Participações e Empreendimentos S.A.** - CNPJ/MF nº **09.229.201/0001-30**. É também vedado a prestação de quaisquer garantias pela Companhia em atos estranhos aos seus interesses sociais, bem como representar a Companhia de forma diversa das estabelecidas neste Estatuto, sob pena de serem nulos e, consequentemente, sem efeitos todos e quaisquer atos assim praticados. **§6º:** Sem prejuízo de outras matérias que, por lei, são de competência da Assembleia Geral, a prática dos seguintes atos pela Companhia exigirá prévia e expressa aprovação em Assembleia Geral, por maioria absoluta do Capital Social Votante da Companhia, exceto se maior quórum não for exigido pela Lei das S.A. e/ou por Acordo(s) de Acionistas devidamente arquivado(s) na sede da Companhia: **(i)** a alteração do Estatuto Social da Companhia, inclusive em relação à mudança do seu Objeto Social; **(ii)** a alteração nas preferências **(inclusive direitos de “tag along”)**, vantagens e condições de resgate, amortização ou remuneração devida aos detentores das ações da Companhia **(seja sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma)**, assim como a criação e/ou extinção de nova espécie ou classe de ações de emissão da Companhia; **(iii)** a aprovação de opções de compra de ações/quotas de emissão da Companhia **(inclusive “stock options plans”)** ou de quaisquer outros planos de incentivo de longo prazo baseados em ações/quotas de emissão da Companhia, bem como a alteração de quaisquer planos acima referidos; já vigentes e/ou a efetiva outorga de opções de compra ou subscrição de ações a quaisquer beneficiários, nos termos de planos de opções de compra de ações/quotas de emissão da Companhia e/ou das Subsidiárias; **(iv)** a emissão de títulos conversíveis e/ou permutáveis por ações de emissão da Companhia; **(v)** a aprovação ou alteração do orçamento anual da Companhia; **(vi)** a fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, permuta ou dação em pagamento utilizando ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia, conferência de ativos e passivos ou qualquer outra reestruturação societária da Companhia, exceto caso quaisquer destes eventos envolvam exclusivamente sociedades do Grupo GPS e desde que, após a consumação de tais eventos, a participação, direta ou indireta, da Companhia em tais sociedades, ou na sociedade resultante de tal evento se mantenha inalterada e não afete eventual Acordo de Acionistas eventualmente arquivado na sede da Companhia; **(vii)** o investimento, aquisição, contratação de obrigação de adquirir participação ou direito de adquirir participação pela Companhia, em “*joint ventures*” e em outras sociedades; **(viii)** a alienação de qualquer participação societária detida pela Companhia, mesmo que entre empresas pertencentes ao Grupo GPS, exceção feita a alienações de participações societárias feitas exclusivamente com sociedades pertencentes ao Grupo GPS, desde que as participações finais consolidadas do Grupo GPS em tais participações societárias mantenham-se inalteradas; **(ix)** aumento e redução do Capital Social da Companhia e/ou de suas controladas, coligadas ou investidas; **(x)** toda e qualquer forma de aquisição, pela Companhia, de suas próprias ações, incluindo o resgate e a recompra de ações; **(xi)** o pedido de autofalência, bem como de liquidação, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, nos termos da Lei nº 11.101/2005; **(xii)** a definição e alteração da remuneração dos Administradores da Companhia; **(xiii)** a concessão de garantias, pela Companhia, relativamente a: **(i)** obrigações de terceiros, exceção feita às operações de garantias para as Sociedades Controladas, Coligadas ou estejam sob controle comum da Companhia, em montante superior a **R\$ 1.000.000,00**, individualmente ou consideradas em conjunto dentro de um período de 12 meses; e, **(ii)** quaisquer obrigações não necessárias à condução dos negócios da Companhia; **(xiv)** a assunção de empréstimos, financiamentos, ou qualquer outro endividamento não previsto no plano anual de investimentos, no orçamento anual, ou no orçamento de capital da Companhia; **(xv)** a concessão de mútuos ou empréstimos pela Companhia, exceção feita às operações de mútuos e empréstimos entre as sociedades controladas, coligadas ou estejam sob controle comum da Companhia, cujos recursos sejam utilizados única e exclusivamente pela própria tomadora do empréstimo ou financiamento, para financiamento de suas atividades; **(xvi)** a declaração e/ou distribuição de dividendos; **(xvii)** a declaração e/ou distribuição de dividendos/resultados das controladas ou coligadas da Companhia, inclusive de forma desproporcional ao Capital Social, exceto se aprovado em linha com os planos ou políticas aprovadas pela Companhia, nos termos do item “b” acima; **(xviii)** a celebração de todo e qualquer novo Acordo de Acionistas ou ajuste ou documento similar entre os Acionistas/Quotistas de quaisquer sociedades de cujo capital a Companhia participe; **(xix)** a celebração de operações, pela Companhia, com os Acionistas da Companhia, ou com pessoas físicas ou jurídicas que sejam partes ligadas dos respectivos Acionistas da Companhia. Entende-se como parte ligada para fins deste estatuto, qualquer pessoa que direta ou indiretamente controle, seja controlada ou esteja sob controle comum com Acionista/Quotista da Companhia ou das Subsidiárias, assim como os respectivos cônjuges, ex-cônjuges, companheiros em regime de união estável ou equivalente, colaterais até o 4º grau de consanguinidade, ascendentes e descendentes em linha reta de tal pessoa; **(xx)** a aprovação de qualquer investimento (CAPEX, que, seja, isolada ou conjuntamente, superior a **R\$ 10.000.000,00**, em uma ou mais operações consumadas ou contratadas em um período de 12 meses; **(xxi)** a alienação e/ou oneração de quaisquer bens ou direitos, tangíveis ou intangíveis da Companhia, que sejam contabilizados no balanço patrimonial da Companhia, incluindo itens do ativo circulante **(exceto caixa e disponibilidades)**, bem como quaisquer contratos celebrados com clientes, que gerem recebíveis futuros (“Ativos”), em valor superior a **R\$ 5.000.000,00** em uma ou mais operações consumadas ou contratadas em um período de 12 meses, com exceção da constituição de ônus sobre recebíveis performados ou a performar na contratação de operações financeiras em condições de mercado e junto a instituições financeiras; **(xxii)** a realização de uma oferta pública de ações da Companhia que não esteja regulado em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, e, **(xxiii)** a transformação da Companhia em outro tipo societário. **§ Sétimo:** Dependendo, também, de prévia e expressa aprovação do(s) Acionista(s), que detenha(m), no mínimo, a maioria do Capital Social Votante da Companhia, a orientação dos votos a serem proferidos pelos representantes da Companhia nas assembleias gerais, reuniões de sócios ou quaisquer órgãos de deliberação das sociedades controladas e/ou coligadas pela/com a Companhia **(nos termos dos §§ 1º e 2º do Artigo 243 da Lei nº 6.404/1976)**, em relação às matérias listadas no §6º acima, quando aplicáveis às controladas e coligadas. **§ Oitavo:** Compete ao Diretor Presidente: **(i)** Presidir as reuniões da Diretoria; **(ii)** Participar, sempre que convocado, das Assembleias Gerais; **(iii)** Coordenar as relações entre a Diretoria e o(s) Acionista(s), representando a Companhia institucionalmente, interna e externamente; **(iv)** Coordenar e orientar a atividade de todos os demais Diretores, observadas as respectivas áreas de competência, objetivando compatibilizar a atuação de todos no interesse da Companhia; **(v)** Representar a Companhia, quando, por força de lei ou decisão judicial, for exigível o depoimento pessoal ou o interrogatório de seu representante legal. **Artigo 11º:** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer um dos Diretores, e, suas resoluções constarão no Livro de Atas de Reunião da Diretoria, sendo as reuniões realizadas na sede da Companhia ou no local indicado na convocação. **§1º:** O quórum mínimo para quaisquer deliberações da Diretoria é de 2 Diretores. Na ausência do Diretor Presidente, feita a convocação regular, o quórum mínimo requerido para instalação da Reunião será de 3 Diretores, devendo as deliberações ser tomadas por maioria. **§2º:** Considerar-se-á regularmente convocada a Diretoria, por qualquer meio que permita a comprovação do recebimento da convocação por parte dos Diretores, tais como telegrama, carta registrada, e-mail ou qualquer outro meio semelhante. Considera-se regular a reunião que contar com a presença de todos os Diretores, que deverão assinar a ata de Reunião da Diretoria. **Capítulo IV. Deveres e Responsabilidades dos Administradores. Artigo 12º:** Além de outros deveres e responsabilidades previstos na Lei nº 6.404/1976, os Administradores devem servir com lealdade a Companhia e manter reserva sobre seus negócios, sendo-lhes vedado: **(i)** usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a Companhia, as oportunidades comerciais de que tenham conhecimento em razão do exercício de seu cargo; **(ii)** omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou, visando ao obtenção de vantagens para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da Companhia; **(iii)** adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabem necessário à Companhia, ou que esta tencione adquirir. **§1º:** Cumpre, ademais, aos Diretores, guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada para conhecimento do mercado, obtida em razão do cargo, sendo-lhes vedado valer-se da informação para obter vantagem, para si ou para outrem. **§2º:** Os Diretores devem zelar para que a violação do disposto no §1º não venha ocorrer através de subordinados ou terceiros de sua confiança. **Artigo 13º:** Cumpre aos Diretores abster-se de manter atividades ou participar de negócio concorrente ou conflitante com a Companhia, salvo se esta, consignando em ata da Assembleia Geral, não se interessar pelo desenvolvimento do negócio ou da atividade. Outrossim, é vedado aos Diretores intervir em qualquer operação social em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia, bem como em qualquer deliberação que seja tomada pelos demais Diretores, cumprindo-lhes cientificar os demais Administradores do seu impedimento e fazer consignar em ata da Assembleia Geral a natureza e extensão desse impedimento. **§ Único:** Ainda que observado o disposto neste artigo, os Diretores somente podem contratar com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no

PUBLICIDADE LEGAL

continuação ➔

resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, bem como fixar os honorários dos Diretores da Companhia. **Artigo 16º:** As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão convocadas pela Diretoria ou qualquer Acionista, observadas as exceções previstas na Lei das S.A. **§1º:** As Assembleias Gerais Ordinárias realizar-se-ão nos 4 primeiros meses após o término do exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos no art. 132 da Lei das S.A., e as Extraordinárias sempre que forem convocadas, atendidos os prazos estabelecidos no art. 124 da Lei nº 6.404/1976. As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias podem ser cumulativamente convocadas e instaladas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. **§2º:** A convocação far-se-á mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, no Diário Oficial e em outro jornal de grande circulação contendo, além do local, data e hora da Assembleia Geral, a ordem do dia. A primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com 8 dias de antecedência, no mínimo, contado do prazo da publicação do primeiro anúncio. Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 dias. **§3º:** A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A. **§4º:** Independentemente das formalidades previstas nos **§s Segundo e Terceiro** deste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Acionistas. **Artigo 17º:** Os Acionistas ou os seus representantes legais presentes na Assembleia Geral, antes de sua instalação, deverão assinar o Livro de Presença de Acionistas, indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade das ações de que forem titulares. Serão considerados presentes na Assembleia Geral os Acionistas que participarem por meio eletrônico, conferência telefônica, vídeo conferência, ou por qualquer outro meio que permita a identificação do Acionista e a sua manifestação de voto. **Artigo 18º:** As Assembleias Gerais serão presididas por um dos Diretores presentes escolhidos pelos Acionistas, a quem incumbirá a escolha do secretário. **Artigo 19º:** Exceto se quórum maior estiver previsto neste Estatuto, em lei ou em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, quaisquer deliberações das Assembleias Gerais somente serão válidas se contarem com o voto favorável de Acionistas que representem, em primeira convocação, a maioria absoluta do Capital Social Votante, e, em segunda, pela maioria do Capital Social Votante que estiver presente na Assembleia Geral. **§1º:** O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições de eventuais Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais Acordos de Acionistas. **§2º:** As atas de Assembleias Gerais deverão ser: (i) lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a indicação resumida do sentido do voto dos Acionistas presentes, dos votos em branco e das abstenções; e, (ii) publicadas com omissão das assinaturas. **Artigo 20º:** Nas hipóteses expressa e taxativamente previstas na Lei nº 6.404/1976, o Acionista dissidente poderá retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor das suas ações, o qual será fixado com base no valor patrimonial constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral e será pago em 12 parcelas mensais e consecutivas. **Capítulo VII. Exercício Social, Lucros e sua Distribuição. Artigo 21º:** O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano. **§1º:** Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as

demonstrações financeiras previstas na Lei nº 6.404/1976, as quais deverão ser auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **§2º:** Poderão ser elaborados balanços mensais, trimestrais ou semestrais, e, por proposta da Diretoria, poderá haver declaração de dividendos intermediários, à conta dos lucros apurados nos balanços trimestrais ou dos lucros acumulados, desde que observados os limites estabelecidos neste Estatuto Social. **Artigo 22º:** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, nos termos do art. 189 da Lei nº 6.404/1976. **§1º:** Do lucro remanescente serão deduzidas as participações estatutárias, se houver, calculadas segundo a ordem de preferência prevista no art. 190 da Lei nº 6.404/1976. **§2º:** Do lucro líquido do exercício serão aplicados 5% na constituição da reserva legal, até que seu montante atinja 20% do Capital Social, e destinados pelo menos 25% na distribuição do dividendo mínimo obrigatório. **§3º:** A Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do saldo do lucro líquido do exercício e das reservas de lucros. **Artigo 23º:** A Diretoria fica autorizada a pagar juros calculados sobre o patrimônio líquido, até o limite da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a título de remuneração do capital próprio, nos termos do que prevê o art. 9º da Lei nº 9.249/1995, alterado pelo art. 78 da Lei nº 9.430/1996, e na respectiva regulamentação fiscal de regência, e imputar os referidos juros como valor parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social. **§ Único:** Os juros eventualmente pagos aos Acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício. **Capítulo VIII. Liquidação da Companhia. Artigo 24º:** A Companhia entrará em liquidação nos casos e pelo modo previsto em Lei, ou ainda de acordo com o que determinar a Assembleia Geral. **§1º:** Sendo a liquidação fixada em Assembleia Geral, esta deverá eleger e nomear o liquidante. **§2º:** Caso ainda não esteja instalado o Conselho Fiscal, a Assembleia Geral o elegerá e fixar-lhe-á a remuneração no período de liquidação. **Capítulo IX. Arbitragem. Artigo 25º:** Conforme previsto pela Lei nº 9.307/1996, os Acionistas, a Companhia, bem como seus sucessores a qualquer título, desde logo resolvem que qualquer divergência, controvérsia, diferença ou reclamação relativa aos conflitos societários envolvendo a Companhia ou seus Acionistas e que não possa ser resolvida de forma pacífica dentro de um prazo de 30 dias mediante acordo privado entre os Acionistas será decidida, definitivamente, pela via arbitral. A arbitragem será instituída, processada e conduzida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em língua portuguesa e segundo o Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá, em procedimento a ser administrado por referida Câmara. **§1º:** Qualquer Acionista pode submeter a controvérsia à arbitragem enviando uma notificação para os demais Acionistas envolvidos. A decisão de submeter à arbitragem terá a natureza de execução específica. **§2º:** A arbitragem será realizada por 3 árbitros. Estando envolvidos na disputa, a Companhia, seus acionistas, administradores e/ou membros do Conselho Fiscal da Companhia, tais entes assumem a obrigação de reunirem-se ativa ou passivamente na defesa de interesses comuns de forma que a arbitragem será sempre conduzida por 3 árbitros, eleitos e substituídos de acordo com as regras da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (um árbitro indicado pelo(s) requerente(s), outro indicado pelo(s) requerido(s) e o terceiro, indicado, de comum acordo, e em prazo de 10 dias, pelos dois primeiros árbitros já nomeados). O terceiro árbitro será o presidente do tribunal. Se quaisquer das partes deixar de indicar

árbitros, ou o terceiro árbitro não for escolhido dentro do prazo de 10 dias acima mencionado, o Presidente do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá procederá à essas nomeações. **§3º:** Os Acionistas instruirão os árbitros para que a audiência arbitral seja realizada dentro de 30 dias após a entrega dos respectivos termos de referência. Os árbitros serão instruídos pelos Acionistas para que profiram a sentença arbitral dentro de 60 dias a contar da data da instituição da arbitragem. A sentença arbitral será definitiva, obrigatória e vinculante para os Acionistas, e a decisão pode ser executada por qualquer juízo competente. Os Acionistas têm expressa ciência da inexistência de qualquer direito de recurso em relação a sentença arbitral assim proferida, nos termos da Lei nº 9.307/96. **§4º:** Cada um dos Acionistas envolvidos arcará, antes da prolação da sentença arbitral, com os respectivos custos e despesas decorrentes do procedimento arbitral. Os árbitros podem, a seu critério, determinar que seus honorários, os honorários dos advogados e outras custas e despesas similares sejam suportadas pela parte que for derrotada na arbitragem. **§5º:** Os Acionistas submetidos à arbitragem podem buscar proteção judicial (e nenhuma disposição deste §5º deve ser interpretada como uma renúncia à arbitragem como um meio válido para resolver as controvérsias societárias aqui tratadas) apenas para o fim de: (i) assegurar o início do procedimento arbitral de acordo com o disposto neste Estatuto Social; (ii) propor qualquer ação, em qualquer tribunal com jurisdição competente, visando obter uma medida cautelar ou outra medida provisória para fazer com que o outro acionista cumpra com suas obrigações, assumidas nos termos deste Estatuto Social, antes ou durante os procedimentos arbitrais ou para evitar ou suspender qualquer dano presente, imediato ou provável; e, (iii) executar quaisquer sentenças ou decisões proferidas pelos árbitros. **§6º:** Para os fins do §5º, o(s) Acionista(s) desde logo eleger(m) o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em prejuízo de qualquer outra jurisdição, por mais privilegiada que seja. **§ Sétimo:** Havendo necessidade de procedimento judicial, a parte vencida pagará todas as custas e despesas processuais, inclusive honorários dos advogados da parte vencedora. **Capítulo X. Disposições Gerais e Transitórias. Artigo 26º:** As operações entre Partes Relacionadas somente podem ser contratadas em condições razoáveis e equitativas, idênticas às que prevaleçam no mercado e devidamente aprovadas pela Assembleia Geral, nos termos previstos neste Estatuto. **§ Único:** A Diretoria deverá sempre se certificar de que os contratos com partes relacionadas, Acordo(s) de Acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia fiquem à disposição dos acionistas e do Conselho de Administração ou sejam prontamente disponibilizados quando solicitados. **Artigo 27º:** A Companhia observará o(s) Acordo(s) de Acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral e/ou da Diretoria acatar declaração de voto de qualquer Acionista e/ou Diretor proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado em Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social da Companhia, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros títulos e valores mobiliários conversíveis que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em Acordo(s) de Acionistas. **Artigo 28º:** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão regidos pelas disposições da Lei nº 6.404, de 15-dez-1976 e legislação vigente aplicável.

Cotação das Moedas



Coroa (Suécia) - 0,5856
Dólar (EUA) - 5,1838
Franco (Suíça) - 6,7392
Iene (Japão) - 0,03378
Libra (Inglaterra) - 7,1495
Peso (Argentina) - 0,003602
Peso (Chile) - 0,006001
Peso (México) - 0,3012
Peso (Uruguai) - 0,137
Yuan (China) - 0,7463
Rublo (Rússia) - 0,06781
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,1926

Eurocabos Materiais Elétricos Ltda.

CNPJ/MF nº 04.371.929/0001-88 – NIRE 35.216.844.010

Ata de Reunião de Sôcia única realizada em 01 de janeiro de 2026

1. Data, Hora, Local: Aos 01/01/2026, às 07h00, na sede da Eurocabos Materiais Elétricos Ltda., à Avenida Parapananema, nº 121, Parque Reid, Diadema-SP ("Sociedade"). **2. Presenças:** A representante da totalidade do capital social, abaixo qualificada: **Lapp Holding SE**, CNPJ/MF nº 05.233.912/0001-27 e NIRE 35.217.761.126, representada por Sr. **Aldo Ferreira Martins Junior**, RG nº 20.433.126-2 SSP/SP, CPF/MF nº 145.190.778-85. **3. Convocação:** Dispensada, uma vez que a única sócia encontra-se presente. **4. Mesa:** Presidente – Aldo Ferreira Martins Junior e Secretário – Nicholas Andreas Lekitsch. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a aprovação do Protocolo e Justificação para Incorporação da Sociedade pela Lapp Brasil Ltda. ("Protocolo") com sede na Rua Doutor Mauro Lindemberg Monteiro, nº 628, Santa Fé, Osasco-SP, CNPJ/MF nº 05.233.912/0001-27, NIRE 35.217.761.126 ("Lapp"), celebrado em 26/12/2025 pelas administrações de ambas as sociedades ("Protocolo"); (ii) a aprovação da contratação da empresa **BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**, inscrita no CRC/SP sob o nº 013846/O-1 e no CNPJ/MF sob nº 54.276.936/0001-79 ("Avaliadora"), responsável pela elaboração do laudo de avaliação que avaliou, com base no balanço patrimonial levantado na data-base de 30/11/2025, o acervo líquido da Sociedade ("Laudo de Avaliação"); (iii) a aprovação do Laudo de Avaliação; (iv) a aprovação da incorporação da Sociedade pela Lapp; (v) a aprovação do encerramento da filial da Rua Palmares, nº 69, sala 06, Atradores, Joinville-SC, CNPJ/MF nº 04.371.929/0003-40 e NIRE 42902124875, autorizando a adoção de todas as providências necessárias ao seu encerramento junto aos órgãos competentes; e (vi) a autorização para que a administração da Sociedade pratique todos os atos necessários à formalização da incorporação da Sociedade pela Lapp. **6. Deliberações:** A Sócia resolveu: (i) aprovar, integralmente e sem restrições, o Protocolo, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da Sociedade pela Lapp; (ii) aprovar e ratificar a indicação e nomeação da Avaliadora que avaliou, com base no balanço patrimonial especial levantado na data-base de 30/11/2025, o acervo líquido da Sociedade a ser vertido para a Lapp; (iii) aprovar, integralmente e sem restrições, o Laudo de Avaliação elaborado pela Avaliadora que avaliou, com base no balanço patrimonial especial, o acervo líquido da Sociedade em R\$ 45.175.126,00, com referência ao balanço específico levantado na data-base de 30/11/2025. O Laudo de Avaliação, o qual explicita a totalidade do acervo líquido da Sociedade; (iv) aprovar, integralmente e sem restrições a incorporação da Sociedade pela Lapp, nos termos e condições definidos no Protocolo e de acordo com os valores especificados no Laudo de Avaliação, de modo que, por consequência, a Sociedade será sucedida pela Lapp em caráter universal, em todos os seus ativos e passivos e em todos os seus direitos e obrigações, sem solução de continuidade; (v) aprovar, integralmente e sem restrições, o encerramento da filial da Sociedade, na Rua Palmares, nº 69, sala 06, Atradores, Joinville-SC, CNPJ/MF nº 04.371.929/0003-40 e NIRE 42902124875, autorizando a adoção de todas as providências necessárias para o seu encerramento junto aos órgãos competentes; (vi) aprovar, integralmente e sem restrições que a administração da Sociedade pratique todos os atos necessários à implementação e formalização da incorporação da Sociedade pela Lapp. **7. Encerramento:** O Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que, lida e achada em ordem, foi aprovada e assinada por todos. Diadema/São Paulo, 01/01/2026. **Mesa:** Aldo Ferreira Martins Junior – Presidente; Nicholas Andreas Lekitsch – Secretário. **Sócia:** Lapp Brasil Ltda. Aldo Ferreira Martins Junior. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 6.026/26-6 em 15/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Busrental S.A.

CNPJ/MF nº 47.388.693/0001-03 – NIRE 35.300.597.699

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de dezembro de 2025

Data, Hora e Local: Aos 23/12/2025, às 10.00 horas, na sede social da Busrental S.A. localizada em São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr Marco Aurélio Spinardi – Presidente; Adriano Barros de Araujo – Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia por Unanimidade de Votos:** 1. Após a apreciação e discussão das matérias objeto da Ordem do Dia, resolveram os acionistas, por unanimidade e sem qualquer restrição, aprovar e homologar na sua íntegra o seguinte: **a)** fica deliberada a distribuição de dividendos aos acionistas, na proporção das ações detidas por acionista na época da distribuição, tendo por base o saldo da conta de reserva de lucros advindos do Balanço que se encerrou no exercício de 2024, saldo esse proveniente de lucros acumulados de exercícios anteriores e constante do último fechamento que ocorreu em 31/12/2024, apontando a existência de Reserva Especial de Lucros no valor de R\$ 5.527.140,44. Fica ainda deliberada e aprovada a distribuição de dividendos tendo por base o saldo de lucros e referente ao fechamento do exercício de 2025, apurado até 30/11/2025 no valor de R\$ 2.212.485,17, aguardando-se, neste último caso, a posterior homologação pela Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2026 para fins de deliberação do lucro apurado e sua destinação. As distribuições dos dividendos, a ocorrer nos exercícios de 2026, 2027 e 2028, devem ser realizadas em montantes que obedeçam a liquidez do caixa da companhia, bem como o valor total de R\$ 2.580.541,87 em cada ano de 2026, 2027 e 2028, podendo haver a incorporação dos valores objeto dos dividendos ao capital social da companhia, conforme autoriza a legislação societária e a Lei nº 15.270, de 26/11/2025. **b)** O Sr. Presidente dando sequência ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar do último assunto da ordem do dia (item "b"), e como ninguém mais se pronunciou, foi suspensa a sessão. **Publicação da Ata:** Autorizada a lavratura e publicação da Ata na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 23/12/2025. **Presidente:** Marco Aurélio Spinardi; **Secretário:** Adriano Barros de Araujo. **Acionistas Presentes:** Caruana S.A. Participações e Empreendimentos; Jose Garcia Netto. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 010.112/26-1 em 23/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

BRJ Educação S.A.

CNPJ nº 25.249.401/0001-00 – NIRE 35300493443

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/12/2025

Data, Horário e Local: Em 23.12.2025, às 10hs, na sede social. **Convocação e presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Gabriel Ralston Correa Ribeiro; Secretária: Paula Cristina Balleroni Morari. **Deliberações aprovadas:** (i) **Aprovado** que, no âmbito da contratação da Cédula de Crédito Bancário junto ao Bco. Santander pela Bioma Educação no valor aproximado de R\$ 7,5 milhões, serão dados como garantia os recebíveis das Escolas Baão Vermelho e Centro Educacional Viva, cujos fluxos mensais de recebimento somam o valor aproximado de R\$ 3 milhões. (ii) **Aprovado** que o valor total dos recebíveis dados em garantia junto ao Bco. Santander será computado para fins do cálculo do valor do endividamento total da Cia. previsto no Art. 18, §4º do Estatuto Social. (iii) **As Acionistas estão cientes e concordam** que o valor do endividamento total da Companhia previsto no Art. 18, §4º do Estatuto Social atualmente ultrapassa o referido limite, sem que isso configure descumprimento do Estatuto Social ou do Acordo de Acionistas. Nada mais. SP, 23/12/2025. JUCESP nº 011.353/26-0 em 26/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Lapp Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 05.233.912/0001-27 – NIRE 35.217.761.126

Ata de Reunião de Sôcia única realizada em 01 de janeiro de 2026

1. Data, Hora, Local: Aos 01/01/2026, às 07:30 horas, na sede da Lapp Brasil Ltda., na Avenida Dr. Mauro Lindemberg Monteiro, nº 628, galpão 18, Santa Fé, Osasco-SP ("Sociedade"). **2. Presenças:** A representante da totalidade do capital social, abaixo qualificada: **Lapp Holding SE**, sociedade existente sob as leis da Alemanha, CNPJ/MF nº 05.677.641/0001-07, representada por Sr. Aldo Ferreira Martins Junior, RG nº 20.433.126-2 SSP/SP, e CPF nº 145.190.778-85, e Sr. Nicholas Andreas Lekitsch, RG nº 23.819.576-4, e CPF nº 330.113.788-19. **3. Convocação:** Dispensada, uma vez que a única sócia encontra-se presente. **4. Mesa:** Presidente – Aldo Martins Ferreira Junior e Secretário – Nicholas Andreas Lekitsch. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a aprovação do Protocolo e Justificação para Incorporação da Eurocabos Materiais Elétricos Ltda., com sede na Avenida Parapananema, nº 121, Parque Reid, Diadema-SP, CNPJ/MF nº 04.371.929/0001-88 ("Eurocabos"), pela Sociedade, celebrado em 26/12/2025 pelas administrações de ambas as sociedades ("Protocolo"); (ii) a aprovação da contratação da **BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**, inscrita no CRC/SP sob o nº 013846/O-1 e no CNPJ/MF sob o nº 54.276.936/0001-79 ("Avaliadora"), responsável pela elaboração do laudo de avaliação que avaliou, com base no balanço patrimonial especial levantado na data-base de 30/11/2025, o acervo líquido da Eurocabos ("Laudo de Avaliação"); (iii) a aprovação do Laudo de Avaliação; (iv) a aprovação da incorporação da Eurocabos pela Sociedade; e (v) a autorização para que a administração da Sociedade pratique todos os atos necessários à formalização da incorporação da Eurocabos pela Sociedade. **6. Deliberações:** A Sócia resolveu: (i) aprovar, integralmente e sem restrições, o Protocolo, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da Eurocabos pela Sociedade; (ii) aprovar e ratificar a indicação e nomeação da Avaliadora que avaliou, com base no balanço patrimonial especial levantado na data-base de 30/11/2025, o acervo líquido da Eurocabos a ser vertido para a Sociedade; (iii) aprovar, integralmente e sem restrições, o Laudo de Avaliação elaborado pela Avaliadora que avaliou o acervo líquido da Eurocabos em R\$ 45.175.126,00, com base no balanço específico levantado na data-base de 30/11/2025; (iv) aprovar, integralmente e sem restrições a incorporação da Eurocabos pela Sociedade, nos termos e condições definidos no Protocolo e de acordo com os valores especificados no Laudo de Avaliação, de modo que, por consequência, a Eurocabos será sucedida pela Sociedade em caráter universal, em todos os seus ativos e passivos e em todos os seus direitos e obrigações, sem solução de continuidade. Tendo em vista que a Sociedade detém, nesta data, 100% das quotas da Eurocabos, a incorporação ora aprovada não implicará em aumento de capital da Sociedade, sendo o investimento que a Sociedade mantém no capital social da Eurocabos cancelado e substituído pelo acervo líquido incorporado ao seu patrimônio em decorrência da incorporação; (v) aprovar, integralmente e sem restrições, que a administração da Sociedade pratique todos os atos necessários à implementação e formalização da incorporação da Eurocabos pela Sociedade. **7. Encerramento:** O Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que, lida e achada em ordem, foi aprovada e assinada por todos. Osasco, 01/01/2026. **Mesa:** Aldo Martins Ferreira Junior – Presidente; Nicholas Andreas Lekitsch – Secretário. **Sócia:** Lapp Holding SE Aldo Ferreira Martins Junior e Nicholas Andreas Lekitsch. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 6.025/26-2 em 15/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

SPE Pirituba Construções Ltda.

CNPJ/MF nº 13.252.070/0001-89 – NIRE 35.225.113.405

Ata de Reunião de Quotistas

Data e Horário: Aos 30/09/2025, às 10 horas. **Local:** Praça Tomas Morus, 81, conjunto 1003, sala 01, Bairro Agua Branca, SP, CEP 05003-090 **Presença:** Quotistas representando a totalidade do capital social. **Convocação e Publicação:** dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos quotistas, conforme faculta o item 7.1, da Clausula VII, do Contrato Social. **Mesa:** para iniciar os trabalhos, foi escolhido Presidente da Mesa o Sr. Luiz Roberto Coelho da Rocha, que convidou a mim, Paulo Said Bittar, para secretariá-lo. **Ordem do Dia:** Redução do Capital Social. **Deliberações tomadas por unanimidade:** os quotistas, por unanimidade de votos, aprovaram a proposta de redução do capital social da sociedade, em razão do mesmo ser excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do artigo 1082, inciso I e II do Código Civil, reduzindo-se o capital de R\$ 4.000.000,00 para R\$ 1.700.000,00, correspondendo tal redução a R\$ 2.300.000,00, mediante a restituição do referido valor aos quotistas e o consequente cancelamento de 2.300.000 quotas, de titularidade dos sócios, no valor de R\$ 1,00 cada, ficando a administração da Sociedade desde já autorizada a tomar as providências necessárias para tanto. **Formalidades:** Para fins do disposto no art. 1084, § 1º do CC, a presente ata será publicada na forma da lei e, transcorridos 90 dias da data de sua publicação, sem qualquer impugnação, será a mesma levada a registro, ocasião em que se promoverá a competente alteração de contrato social. **Lavratura e Leitura da Ata:** O Sr. Presidente da mesa ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou e não houve mais assuntos a tratar, foram encerrados os trabalhos. Foi, então, suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que depois de transcrita, lida e achada conforme, vai assinada por todos. São Paulo, 30/09/2025. Luiz Roberto Coelho da Rocha – Presidente; Paulo Said Bittar Secretário. **Sócios Quotistas Presentes (Totalidade do Capital Social):** JHP Empreendimentos e Participações Ltda.; Intra Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.; Verban Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.; Lucysyl Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Taormina Incorporadora e Construtora Ltda.

Cia. Nitro Química Brasileira

CNPJ nº 61.150.348/0001-50 – NIRE 35.300.054.547

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30/12/2025

Data, Hora e Local: Em 30/12/2025, às 9hs, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação. **Presenças** todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **Deliberações aprovadas:** **Aprovada** a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) referentes ao 4º trimestre do exercício de 2025, no valor de **R\$ 11.648.078,15**, conforme balanço levantado em 30/12/2025. **a.** A data do pagamento será definida oportunamente pelos Diretores da Companhia, podendo os valores ora distribuídos como JCP serem pagos, creditados, entregues ou empregados até 31/12/2028, conforme disponibilidade de caixa. **b.** Farão jus ao referido JCP os acionistas comprovadamente titulares das ações da Companhia na presente data, conforme espécie e classe de ações detidas e de acordo com as regras e parâmetros estabelecidos no Estatuto Social. **c.** Quando definida a data do pagamento, o valor será pago sem remuneração ou atualização monetária, no domicílio bancário fornecido pelos acionistas, líquido da retenção de Imposto de Renda na Fonte, exceto para os acionistas que sejam comprovadamente imunes ou isentos. **5.1** Os Diretores da Companhia foram autorizados a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. Nada mais. São Paulo/SP, 30/12/2025. JUCESP nº 009.810/26-2 em 23/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

PUBLICIDADE LEGAL

Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 – NIRE 35.300.174.551

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de setembro de 2025

Data, Hora e Local: Aos 12/09/2025, às 10h00, na sede da Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Companhia”). **Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença de 100% do capital social da Companhia. **Mesa:** Dominique Edmond Pierre Signora, Presidente e Camila Nascimento da Silva Torres, Secretária. **Deliberações:** As seguintes deliberações foram tomadas pela única Acionista: **(i)** Autorizou a lavratura desta ata em forma de sumário; **(ii)** Aprovou o aumento do capital social da Companhia, de R\$ 1.329.755.831,86, para R\$ 2.029.755.831,86, um aumento no valor de R\$ 700.000.000,00, mediante a emissão de 519.867.056.068 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, o que foi feito conforme o Boletim de Subscrição devidamente assinado pela acionista ingressante, **Stellantis Automóveis Brasil Ltda.**, CNPJ/MF nº 16.701.716/0001-56, NIRE 31210117716; Ficou consignado que a acionista Stellantis Financial Services Europe S.A. renunciou expressamente ao seu direito de preferência para a subscrição das ações emitidas. Diante do exposto acima, fica alterado o Artigo 5º do Estatuto Social; **(iii)** Em razão da alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, promover sua consolidação; **(iv)** Consignar que o aumento de capital ora deliberado, e a correspondente alteração do Estatuto Social dependem de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Encerramento: Nada mais a tratar, a assembleia foi suspensa para lavratura desta ata. São Paulo, 12/09/2025. **Assinaturas:** Acionistas: **Stellantis Financial Services Europe S.A.** (p.p. Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim); **Stellantis Automóveis Brasil Ltda.** (Fernando Mariano Scatena/Márcio de Lima Leite). **Mesa:** Dominique Edmond Pierre Signora – Presidente; Camila Nascimento da Silva Torres – Secretária. **Anexo I – Estatuto Social.**

Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração. **Artigo 1. A Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.,** adiante referida simplesmente como **Companhia**, é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de sociedade anônima, regendo-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2. A Companhia** tem sede, foro e domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, 15º Andar –Ala B. **Artigo 3. A Companhia** tem como objeto social a realização de operações de crédito, financiamento, investimento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. **A Companhia** poderá participar de quaisquer outras sociedades ou grupos de sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócio, acionista ou quotista, observadas as restrições e exigências regulamentares aplicáveis.

Artigo 4. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e Ações.** **Artigo 5. O capital social** é de R\$ 2.029.755.831,86, totalmente integralizado em moeda corrente do País e em créditos, dividido em 1.731.543.382.927 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§ Único.** Cada ação ordinária conferirá ao seu titular direito a um voto nas Assembleias Gerais da **Companhia.** **Capítulo III – Da Administração.** **Artigo 6. A Companhia** será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da lei, deste estatuto social. **Artigo 7. A Assembleia Geral** fixará a remuneração global anual dos administradores, e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente. **Seção I – Do Conselho de Administração.** **Artigo 8. O Conselho de Administração da Companhia** será composto de 3 a 9 membros, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 3 anos, permitida a reeleição. **§ 1º.** O Conselho de Administração designará, dentre os conselheiros eleitos, o Presidente do Conselho de Administração. **§ 2º.** Findo o prazo de mandato previsto no *caput* deste Artigo, os membros do Conselho de Administração permanecerão em seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos eleitos pela Assembleia Geral. **Artigo 9. A investidora** no cargo de conselheiro far-se-á após aprovação concedida pelo Banco Central do Brasil, mediante assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da **Companhia.** **Artigo 10.** Além de outras atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração: **a)** fixar a orientação geral dos negócios da **Companhia;** **b)** eleger e destituir os Diretores da **Companhia** e fixar sua remuneração; **c)** fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da **Companhia**, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros atos; **d)** convocar, na forma deste Estatuto Social, as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias; **e)** manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria; **f)** escolher e destituir os auditores independentes; **g)** submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação, obedecida a regulamentação para a constituição de reservas obrigatórias, do lucro líquido apurado em cada exercício social; **h)** submeter à Assembleia Geral a proposta de qualquer alteração significativa no objeto social da **Companhia**, incluindo a inclusão de qualquer nova linha de negócios; **i)** alterações nas regras internas da **Companhia** e propostas, à Assembleia Geral de Acionistas, de alteração deste Estatuto Social (salvo no caso de alterações técnicas conforme venham a ser exigidas pela legislação aplicável); **j)** aprovação do orçamento anual (com exceção de cálculos) da **Companhia;** **k)** propostas à Assembleia Geral de fusão, cisão, incorporação, contribuições, *drop-down* ou transações equivalentes envolvendo a **Companhia**, bem como transformação, dissolução ou liquidação da **Companhia;** **l)** aprovação, definição ou alteração de princípios, políticas e diretrizes internas da **Companhia**, conforme determinado pela legislação e regulamentação vigentes; **m)** aquisição ou alienação de ativos de titularidade da **Companhia**, que não tenham sido aprovadas no orçamento, por preço (incluindo, para fins de esclarecimento, cessão ou assunção de dívidas) ou por *enterprise value*, superior a R\$ 750.000,00; **n)** criação de filiais ou constituição de sociedades controladas pela **Companhia;** **o)** salvo se permitido pelos princípios, políticas e diretrizes internas da **Companhia**, contrair dívidas e empréstimos, que não tenham sido aprovados no orçamento, superiores a R\$ 620.000.000,00; **p)** propostas à Assembleia Geral de Acionistas relativas a aumento ou redução do capital social da **Companhia;** **q)** despesas (*capital expenditures*) da **Companhia**, não aprovadas no orçamento, superiores a R\$ 750.000,00; **r)** celebração, rescisão ou aditamento material de contratos materiais celebrados entre a **Companhia** e terceiro, não aprovados no orçamento, envolvendo a realização ou recebimento de pagamento anual superior a R\$ 750.000,00; **s)** celebração, rescisão ou aditamento material de qualquer contrato entre a **Companhia** e qualquer (i) de seus acionistas, e/ou (ii) sociedade controlada por, controladora de ou que esteja sob o controle comum com qualquer acionista da **Companhia;** **t)** qualquer alteração (i) nas condições dos contratos de trabalho que possam aumentar os custos totais de pessoal da **Companhia** em mais de R\$ 750.000,00 por ano, ou (ii) na remuneração de qualquer empregado da **Companhia** em mais de R\$ 200.000,00 por ano; **u)** início de litígios, ou celebração de acordo em litígios, ou decisão estratégica em litígios em andamento (p.ex., recorrer ou deixar de recorrer) com relação a ações que envolvam montante superior a R\$ 520.000,00; **v)** aprovação de qualquer mudança ou alteração na organização da **Companhia** nos níveis de departamento, ou acima, e de suas respectivas funções; **w)** deliberação sobre qualquer matéria ou controvérsia apresentada ao Conselho de Administração por qualquer Diretor. **x)** nomear e destituir os membros do Comitê de Auditoria e de Remuneração; **e y)** aprovar a Política de Remuneração. **Artigo 11. O Conselho de Administração** reunirá-se-á ao menos uma vez por ano e extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação do Presidente ou mediante proposta de qualquer de seus membros, (i) com pelo menos 10 dias de antecedência em primeira convocação, e com pelo menos 3 dias de antecedência em segunda convocação, ou (ii) com 1 dia útil de antecedência em casos de emergência. **§ 1º.** A ordem do dia das reuniões do Conselho de Administração será determinada pelo Presidente ou pelo membro que convocar a reunião. Além da ordem do dia, da convocação da reunião deverá também constar a data, local e horário da reunião, devendo estar acompanhada dos documentos necessários para a discussão de tais matérias. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá incluir novas matérias à ordem do dia, desde que tal inclusão seja acompanhada dos documentos necessários à discussão de tais matérias e seja observada a antecedência prevista no *caput* deste Artigo. **§ 2º.** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de 2 conselheiros. Caso tal *quorum* não seja verificado em primeira convocação, o mesmo *quorum* será necessário para que se instale a reunião do Conselho de Administração em segunda convocação. Caso o *quorum* tampouco seja verificado em segunda convocação, a reunião do Conselho de Administração poderá ser convocada por uma terceira vez e instalar-se-á com a presença de qualquer número de conselheiros. **§ 3º.** Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração pessoalmente ou remotamente, inclusive por meio de teleconferência, videoconferência, internet ou por qualquer outro meio que permita a comunicação em tempo real, ficando estabelecido que (i) tal meio deve ser acordado antecipadamente entre os Conselheiros, e (ii) mediante requisição prévia, tal conselheiro terá o direito de participar da reunião e proferir o seu voto (e ser considerado

como presente para fins de verificação do *quorum*). **§ 4º.** Os conselheiros poderão enviar o seu voto por escrito para qualquer dos demais conselheiros que estejam presentes na reunião, via e-mail, fac-símile, carta registrada ou carta entregue pessoalmente. **§ 5º.** As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos. **§ 6º.** As atas das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas em livro próprio e assinadas por todos os membros presentes. **§ 7º.** Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros. **Artigo 12. O Conselho de Administração** poderá determinar a criação de comitês de natureza consultiva, para auxiliar os conselheiros no exercício de suas atribuições. Competirá ao Conselho de Administração definir a composição e as atribuições destes comitês de natureza consultiva. **Seção II – Da Diretoria.** **Artigo 13. A Diretoria da Companhia** será composta por 7 membros, acionistas ou não, todos residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição, sendo um Diretor Presidente (“CEO”), um Diretor Financeiro (“CFO”), um Diretor de Risco (“CRO”), um Diretor de Operações (“COO”), um Diretor Comercial (“CCO”), um Diretor de Marketing (“CMO”) e um Diretor de TI (“CTO”). **§ 1º.** Em caso de falta, vacância ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, este será substituído por outro Diretor indicado pelo Conselho de Administração. **§ 2º.** Findo o prazo de mandato previsto no *caput* deste Artigo, os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, eleitos pelo Conselho de Administração. **Artigo 14. A investidora** no cargo de Diretor far-se-á após aprovação concedida pelo Banco Central do Brasil, mediante assinaturas do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reunião de Diretoria. **Artigo 15. A Diretoria** fica investida dos mais amplos poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos objetos e fins da **Companhia**, inclusive o de transigir, celebrar acordos, renunciar direitos, prestar fianças, adquirir, permutar, alienar e onerar, por qualquer forma, bens e direitos da **Companhia**, salvo para as hipóteses em que se fizer necessária a prévia aprovação do Conselho de Administração. **§ 1º.** Todos os atos e instrumentos, inclusive notas promissórias, letras de câmbio ou outros títulos equivalentes, que criem, modifiquem ou extingam obrigações atinentes à **Companhia**, serão obrigatoriamente assinados: **(i)** Por 02 Diretores em conjunto; ou **(ii)** 1 procurador com poderes especiais em conjunto com 1 Diretor; ou **(iii)** 2 procuradores com poderes especiais. **§ 2º. A Companhia** poderá, por meio da assinatura de quaisquer Diretores agindo em conjunto, *respeitado o disposto no § 1º acima*, nomear procuradores para representá-la nos limites dos poderes expressos conferidos nos respectivos mandatos, os quais, com exceção daqueles para fins judiciais, terão um prazo de validade não superior a 2 anos. **§ 3º. A Companhia** poderá ser, excepcionalmente, representada por 1 único Diretor ou procurador com poderes especiais, nos termos que vierem a ser aprovados pelo Conselho de Administração, sendo certo que tais instrumentos de mandato terão prazo de validade não superior a 2 anos. **§ 4º. A Companhia** poderá ser representada por um Diretor, isoladamente, ou por um procurador, isoladamente, independentemente de prévia autorização da Diretoria, do Conselho de Administração ou da Assembleia, para praticar os atos de representação da **Companhia** em juízo, em processos administrativos, e perante repartições públicas e autoridades administrativas em geral, nas esferas federal, estadual e municipal e demais órgãos da administração direta e indireta quanto à apresentação e retirada de documentos, solicitação de certidões, assinatura de formulários, declarações, petições e recursos, procedimentos de registro, fornecimento e recebimento de informações. O Diretor ou o procurador deverá identificar os demais Diretores acerca dos atos praticados. **Artigo 16. A Diretoria** não atuará como um órgão colegiado, exceto para a criação de comitês, conforme previsto no Artigo 19 abaixo, incluindo a indicação de seus membros e a aprovação de seus regimentos internos. **Artigo 17. Não obstante** o disposto no Artigo 16 acima, a Diretoria reunirá-se-á ao menos uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação do CEO. **§ Único.** Das reuniões da Diretoria lavrar-se-á a competente ata em livro próprio, que será assinada por todos os presentes. **Artigo 18.** Qualquer desacordo entre os membros da Diretoria deverá ser levado ao CEO, que atuará como mediador da questão. Caso persista o desacordo, a matéria em questão deverá ser decidida pelo Conselho de Administração da **Companhia.** **Artigo 19. A Diretoria** poderá determinar a criação de comitês de natureza consultiva, para auxiliar os diretores no exercício de suas atribuições. Competirá à Diretoria definir a composição e as atribuições destes comitês de natureza consultiva. **Capítulo IV – Do Conselho Fiscal.** **Artigo 20. A Companhia** terá um Conselho Fiscal composto de 3 a 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, cujas funções e atribuições são aquelas previstas em lei e indelegáveis. **§ 1º.** O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado por qualquer Assembleia Geral, ainda que a matéria não conste do respectivo anúncio de convocação, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 1/10 das ações com direito a voto. **§ 2º.** Caberá à Assembleia Geral que instalou o Conselho Fiscal eleger os seus membros, bem como fixar, em conformidade com o disposto no Artigo 162, § 3º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, as suas respectivas remunerações. **§ 3º.** O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária a ser realizada após a sua instalação. **§ 4º.** As atribuições e os poderes do Conselho fiscal são aqueles definidos em lei. **Capítulo V – Do Comitê de Auditoria.** **Artigo 21. O Comitê de Auditoria** instituído nesta **Companhia**, líder do Conglomerado Prudencial Stellantis, será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento por parte do Conglomerado das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor. **§ 1º.** O Comitê de Auditoria será composto por 3 membros, nomeados pelo Conselho de Administração, sendo pessoas naturais com reputação ilibada, residentes no País, observados os critérios de nomeação definidos pela regulamentação vigente. Os membros do Comitê de Auditoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. **§ 2º.** É permitida a nomeação de integrantes do Comitê de Auditoria que sejam também Diretores ou membros do Conselho de Administração da **Companhia**, desde que estes Diretores constituam menos da metade do total dos integrantes do Comitê de Auditoria. Os demais membros nomeados devem ser independentes. **§ 3º.** Caso o integrante do comitê de auditoria seja também membro da Diretoria ou do Conselho de Administração da **Companhia**, fica facultada a opção pela remuneração relativa a um dos cargos. **§ 4º.** Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria, designado Membro Qualificado. **§ 5º.** Os membros do Comitê de Auditoria terão mandato de 5 anos. Até um terço dos integrantes poderão ter o mandato renovado até o máximo de 10 anos consecutivos. O integrante do Comitê de Auditoria somente pode voltar a integrar tal órgão após decorridos, no mínimo, 3 anos do final do seu mandato anterior. O interstício de 3 anos é dispensado para o limite de um terço dos membros, cujo mandato foi renovado por 10 anos consecutivos. **§ 6º.** A destituição dos membros do Comitê de Auditoria depende de deliberação do Conselho de Administração da **Companhia**. São critérios para destituição dos membros do Comitê de Auditoria: (i) o descumprimento das atribuições previstas no Estatuto Social, regras operacionais e/ou regulamentação aplicável para o Comitê de Auditoria; e (ii) o atendimento de interesses gerais da **Companhia.** **§ 7º.** O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração. **§ 8º.** As atribuições e regras operacionais do Comitê de Auditoria, incluindo a obrigação regulamentar de emissão dos relatórios sobre as demonstrações financeiras, a periodicidade de suas reuniões, que devem observar ao menos o número mínimo estipulado pela regulamentação em vigor, e os critérios de remuneração de seus membros estarão disciplinados em regulamento interno do Comitê de Auditoria. **Capítulo VI – Comitê de Remuneração.** **Artigo 22. O Comitê de Remuneração** instituído nesta **Companhia**, Líder do Conglomerado Prudencial Stellantis, será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento por parte do Conglomerado das normas e procedimentos previstos na regulamentação em vigor. **Artigo 23. A Companhia** terá um Comitê de Remuneração, composto por no mínimo 4 e no máximo 8 membros, que serão nomeados e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração da Companhia. **§ 1º.** Pelo menos um dos membros do Comitê de Remuneração não será administrador da Companhia. **§ 2º.** Os membros do Comitê de Remuneração deverão ter as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a política de remuneração da Companhia, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos. **§ 3º.** Os membros do Comitê de Remuneração terão mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição desde que o prazo de sua permanência no Comitê de Remuneração não exceda o limite máximo de 10 anos. **§ 4º.** Os membros do Comitê de Remuneração não farão jus a qualquer remuneração pelo exercício desse cargo. **§ 5º.** O Conselho de Administração poderá destituir membro do Comitê de Remuneração a qualquer tempo, sendo os seguintes critérios para destituição: (i) o descumprimento das atribuições previstas no Estatuto Social, regras operacionais e/ou regulamentação aplicável para o Comitê de Remuneração; e (ii) o atendimento de interesses gerais da **Companhia.** **Artigo 24.** São atribuições do Comitê de Remuneração: (i) elaborar a política de remuneração dos administradores da Companhia, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração dos administradores da Companhia; (iii) revisar anualmente a política de remuneração dos administradores da Companhia, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração da Companhia o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral,

na forma do art. 152 da Lei nº 6.404/76; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração dos administradores da Companhia; (vi) analisar a política de remuneração dos administradores da Companhia em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários ao Conselho de Administração da Companhia; (vii) zelar para que a política de remuneração dos administradores da Companhia esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da referida instituição e com o disposto na regulamentação aplicável; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, com observância das prescrições legais regulamentares aplicáveis, relativamente à data-base de 31 de dezembro de cada ano. **§ Único.** O comitê de remuneração deve trabalhar conjuntamente com o comitê de riscos da **Companhia** ou, na sua ausência, com o diretor responsável pela atividade de gerenciamento de riscos, conforme regulamentação específica, na avaliação dos incentivos criados pela política de remuneração de administradores. **Artigo 25.** Competirá ao Conselho de Administração definir as demais regras de funcionamento do Comitê de Remuneração da Companhia, incluindo as formas de convocação, instalação e deliberação de suas reuniões. **Capítulo VII – Da Assembleia Geral.** **Artigo 26. A Assembleia Geral** reunirá-se-á ordinariamente nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **Artigo 27. A Assembleia Geral** será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. **§ Único.** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador, constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador da **Companhia** ou advogado. **Artigo 28. A Assembleia Geral Ordinária** reunirá-se-á 1 vez por ano, dentro dos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para: **a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, incluindo sua alocação para reservas; e **c)** eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando for o caso. **Artigo 29.** Além das matérias previstas em lei, caberá à Assembleia Geral Extraordinária decidir sobre as seguintes matérias: **a)** Aprovar alterações ao Estatuto Social; **b)** Aprovar aumentos ou reduções do capital social da **Companhia**, bem como a criação de nova classe de ações ou modificações nas preferências, vantagens ou características das classes já existentes; **c)** Aprovar incorporação, cisão, fusão, contribuições, *drop-down* envolvendo a **Companhia** ou sua transformação em outro tipo societário; **d)** Aprovar a dissolução ou liquidação da, bem como a apresentação de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da **Companhia;** **e)** Aprovar a distribuição intermediária de lucros da **Companhia**, nos termos do Artigo 36 abaixo; **f)** Aprovar a eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração, bem como a remuneração global a ser oferecida aos membros da administração da **Companhia.** **g)** Todas as demais matérias previstas no Art. 122 da Lei 6.404/76. **Artigo 30.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções estatutárias ou legais, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **Capítulo VIII – Da Ouvidoria.** **Artigo 31. A Companhia** terá uma Ouvidoria, composta de 1 Ouvidor, designado e substituído pelo Conselho de Administração, mediante o *quorum* definido no Parágrafo 5º do Artigo 11 do Estatuto Social, com mandato de 24 meses. **§ 1º.** O Ouvidor será nomeado dentre pessoas que preencham as condições e os requisitos mínimos para garantir o bom funcionamento da Ouvidoria, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos. **§ 2º.** A Ouvidoria terá por atribuição: **a)** prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da **Companhia;** **b)** atuar como canal de comunicação entre a **Companhia** e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e **c)** informar ao conselho de administração ou, na sua ausência, à diretoria da **Companhia** a respeito das atividades de Ouvidoria. **Artigo 32.** Constituem atividades da Ouvidoria: **a)** atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; **b)** prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não pode ultrapassar 10 dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação; **c)** encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto no item anterior; **d)** manter o conselho de administração ou, na sua ausência, a diretoria da **Companhia**, informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da **Companhia** para solucioná-los; e **e)** elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria, ao conselho de administração **Companhia**, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. **§ 4º.** O Conselho de Administração pode destituir o Ouvidor a qualquer tempo, caso o mesmo descumpra as atribuições previstas no § 2º e/ou as atividades previstas no § 3º deste Artigo bem como em decorrência da perda de vínculo funcional com a **Companhia**, alteração de função dentro da **Companhia**, conduta ética incompatível com a função ou eventuais práticas e condutas que justifiquem a destituição. **§ 5º.** O Ouvidor poderá renunciar ao cargo a qualquer momento, mediante apresentação de requerimento nesse sentido ao Conselho de Administração. **§ 6º. A Companhia** deverá: **a)** criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e **b)** assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **Capítulo IX – Do Exercício Social e Demonstrações Financeiras.** **Artigo 32. O exercício social** coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 33.** Ao fim de cada exercício social e no dia 30 de junho de cada ano, a Diretoria fará elaborar, com base nos registros contábeis da **Companhia**, as demonstrações financeiras previstas em lei. **Capítulo X – Das Reservas, Lucros e Dividendos.** **Artigo 34. O lucro líquido** de cada exercício social terá a sua destinação efetuada de acordo com a seguinte ordem: **a)** aplicação de 5% na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, observado o disposto no artigo 193, § 1º da Lei nº 6.404/76; **b)** 50% a título de distribuição do dividendo obrigatório; e **c)** o saldo remanescente dos lucros será destinado para reserva de lucro para assegurar a manutenção do nível de capitalização da **Companhia**, ou distribuído aos acionistas como dividendo, conforme decisão da Assembleia Geral. **§ 1º.** A reserva de que trata a alínea “c)” acima tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76; e/ou (ii) reforçar o capital de giro e a estrutura de capital da Companhia; e/ou (iii) ser utilizada em operações de resgate, amortização, reembolso ou aquisição de valores mobiliários de emissão da própria Companhia; e/ou (iv) ser aplicada em dividendos ou bonificações aos acionistas, ou sua capitalização; e/ou (v) permitir à Companhia não distribuir lucros que não tenham sido realizados em dinheiro e não se enquadrem nas hipóteses previstas no artigo 197 da Lei nº 6.404/76. Para fins do artigo 194, inciso III da Lei nº 6.404/76, o saldo desta reserva de lucros, somado ao saldo das demais reservas de lucros (exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar), não poderá ultrapassar 100% do capital social da Companhia. **§ 2º.** As reservas referidas nas alíneas a) e c) não poderão, em conjunto, ultrapassar o capital social. **§ 3º.** A constituição da reserva de lucro referida na alínea c) deste Artigo, bem como a retenção, nos termos do Artigo 196 da Lei de nº 6.404/76, de parcela do lucro líquido prevista em orçamento de capital, não poderão ser aprovadas, em cada exercício social, em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório de que trata o Artigo 35 deste Estatuto. **Artigo 35. A Companhia** poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como, por proposta do Conselho de Administração aprovada em Assembleia Geral (ou por iniciativa desta última), pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços. A **Companhia** poderá, ainda, mediante proposta do Conselho de Administração aprovada em Assembleia Geral (ou por iniciativa desta última), pagar dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **§ Único.** Os dividendos distribuídos ou juros sobre o capital próprio pagos nos termos deste Artigo 37 serão imputados ao dividendo obrigatório. **Artigo 36.** Os dividendos previstos na alínea b) do Artigo 34 deste Estatuto não serão obrigatórios nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral que tais dividendos são incompatíveis com a situação financeira da **Companhia.** **Artigo 37. A Assembleia Geral** poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao limite previsto na alínea b) do Artigo 34 ou a retenção de todo o lucro. **Capítulo XI – Da Dissolução e Liquidação.** **Artigo 38. A Companhia** dissolver-se-á nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral. **§ Único.** Em caso de dissolução da **Companhia**, caberá à Assembleia Geral: **(i)** determinar a forma de liquidação; **(ii)** nomear o liquidante e fixar a sua remuneração; **(iii)** eleger, caso o Conselho Fiscal seja convocado pelos acionistas durante a fase de liquidação, seus respectivos membros. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 9.935/26-5 em 23/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.



PUBLICIDADE LEGAL

Arteris S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746 | Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2026

1. Data, Hora e Local: aos 15/01/2026, às 16h00, na sede social da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretário: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Apreciar, discutir e deliberar sobre, nos termos da alínea (x) do artigo 14 do estatuto social da Companhia, a realização da 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória ("Debêntures"), de sua controlada Autopista Fluminense S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta da categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de Niterói-RJ, na Rua Quinze de Novembro, nº 4, salas 902 e 903, bloco 2, CNPJ/MF nº 09.324.949/0001-11 ("Emissora"), composta por 1.500.000 Debêntures, no valor total de R\$1.500.000.000,00 na Data de Emissão (conforme vier a ser definida na Escritura de Emissão) ("Emissão"), a ser realizada mediante distribuição pública, sob o rito de registro automático, sem análise prévia da CVM e/ou de entidade autorreguladora, e destinada exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos dos artigos 11 e 13 da Resolução CVM nº 30, de 11/05/2021, conforme alterada, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada, e demais leis e regulamentações aplicáveis ("Oferta"), sob regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão (conforme definido abaixo), conforme termos e condições previstos no "Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Autopista Fluminense S.A.", a ser celebrado entre a Emissora, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário"), e a Companhia, na qualidade de fiadora ("Escritura de Emissão"); **4.2.** Apreciar, discutir e deliberar sobre, **(1)** nos termos das alíneas (v) e (viii) do artigo 14 do estatuto social da Companhia, a constituição da alienação fiduciária, pela Companhia, em caráter irrevogável e irretirável, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei 4.728 de 14/07/1965 ("Lei 4.728"), e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 ("Código Civil"), da propriedade fiduciária, da posse indireta e do domínio resolúvel ("Alienação Fiduciária de Ações") (a) da totalidade das ações de emissão da Emissora detidas pela Companhia, representadas, nesta data, por 658.918.293 ações ordinárias ("Ações Aliénées"), incluindo eventuais ações de emissão da Emissora que sejam subscritas, integralizadas, recebidas, conferidas, compradas ou de outra forma adquiridas (direta ou indiretamente) pela Companhia ou que venham a ser entregues à Companhia e quaisquer ações derivadas das Ações Aliénées após a data de assinatura da Escritura de Emissão, incluindo, sem limitar, quaisquer ações recebidas, conferidas e/ou adquiridas pela Companhia (direta ou indiretamente) por meio de fusão, cisão, incorporação, permuta, substituição, divisão, reorganização societária, desdobramento, grupamento ou bonificação, capitalização de lucros ou reservas, e o direito e/ou opção de subscrição de novas ações representativas do capital da Emissora, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação da Companhia a ou de qualquer outra forma ("Ações Adicionais" e, em conjunto com as Ações Aliénées, "Ações"), (b) de todos os dividendos (em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações), lucros, frutos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores atribuídos, declarados e ainda não pagos ou a serem declarados, recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos e/ou atribuídos à Companhia em decorrência das Ações, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação das Ações, nestes casos, desde que autorizados nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária (conforme abaixo definido), conforme o caso, e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais as Ações sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas à, quaisquer das Ações ("Direitos e Rendimentos das Ações"); e (c) da totalidade dos direitos, privilégios, preferências e prerrogativas relacionados às Ações e aos Direitos e Rendimentos das Ações, bem como toda e qualquer receita, multa de mora, penalidade e/ou indenização devidas à Companhia com relação às Ações e aos Direitos e Rendimentos das Ações ("Créditos Adicionais" e, em conjunto com as Ações e os Direitos e Rendimentos das Ações, "Bens Aliénées"), nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", a ser celebrado pela Companhia, o Agente Fiduciário e a Emissora, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Alienação Fiduciária"); e **(2)** nos termos previstos no artigo 17, parágrafo 2º do estatuto social da Companhia, a outorga de procuração *ad negotia* com prazo até o cumprimento integral das obrigações das Debêntures, a ser outorgada pela Companhia ao Agente Fiduciário, nos termos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária, para a implementação da Alienação Fiduciária de Ações; **4.3.** Apreciar, discutir e deliberar sobre, nos termos das alíneas (v) e (viii) do artigo 14 do estatuto social da Companhia a constituição da cessão fiduciária, pela Emissora, em caráter irrevogável e irretirável, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei 4.728, do artigo 28-A da Lei nº 8.987, de 13/02/1995, conforme alterada ("Lei 8.987"), e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, da titularidade e posse indireta de (a) todos os direitos emergentes do "Contrato de Cessão de Serviço Público, Precedida da Execução de Obra Pública, Entre a União, Por Intermediário da Agência Nacional de Transportes Terrestres, e a Concessionária Autopista Fluminense S.A.", celebrado em 14/02/2008, conforme aditado ("Contrato de Cessão"), definição que inclui seus eventuais aditamentos ou outros contratos que o substituam ou complementem e "Concessão", respectivamente), inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em decorrência da extinção, caducidade, encampação ou revogação da concessão para exploração do sistema rodoviário objeto do Contrato de Cessão, (b) todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do Contrato de Cessão, incluindo, mas não se limitando, as receitas de pedágio e demais receitas acessórias, além de todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Cessão, assegurado o valor para o pagamento essencial ao cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Cessão, nos termos do artigo 28 da Lei 8.987, (c) todos os direitos creditórios da Emissora sobre todos os valores a serem depositados e mantidos no sistema de contas bancárias, de sua titularidade, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) ("Contas Vinculadas"), (d) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da Cessão; e (e) o direito de explorar a própria Concessão em si, nos termos do artigo 27-A da Lei 8.987 e do Contrato de Cessão ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e, em conjunto com a Alienação Fiduci-

ária de Ações, as "Garantias Reais"), que será formalizada por meio do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Companhia, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Cessão Fiduciária"); **4.4.** Apreciar, discutir e deliberar sobre, nos termos da alínea (vii) do artigo 14 do estatuto social da Companhia, a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória, na modalidade fiança ("Fiança", e em conjunto com as Garantias Reais, as "Garantias"), em favor dos titulares das Debêntures no âmbito da Emissão, com renúncia a todo e qualquer benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 301, 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16/03/2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), a qual entrará automaticamente em vigor, tornando-se plenamente eficaz e exigível, na data de assinatura da Escritura de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definidas); **4.5.** Autorizar a Diretoria da Companhia, bem como quaisquer de seus representantes legais, a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações dispostas nos itens 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 acima, caso aprovadas, inclusive, mas sem limitação, a negociação e definição de termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão, à Oferta e à efetivação das Garantias, bem como a celebrar todos os instrumentos e respectivos aditamentos necessários à implementação da Oferta, da Emissão, das Garantias, incluindo a Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária e o Contrato de Cessão Fiduciária; e **4.5.** Ratificar os atos já praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Emissão em consonância com as deliberações acima. **5. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberada, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar a realização da Emissão e da Oferta pela Emissora, com as seguintes principais características: **a. Quantidade, Número de Séries, Valor Nominal Unitário e Valor da Emissão:** A Emissão será composta de 1.500.000 Debêntures, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 ("Valor Nominal Unitário"), totalizando R\$1.500.000.000,00 na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); **b. Prazo e Data de Vencimento:** Nos termos da Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vigência de 36 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em data a ser prevista na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão. As Debêntures serão liquidadas pelo Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração (conforme abaixo definido) calculada na forma a ser prevista na Escritura de Emissão; **c. Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, não será atualizado monetariamente; **d. Amortização do Valor Nominal Unitário:** Ressalvadas as hipóteses previstas na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures será pago em uma única parcela, na Data de Vencimento; **e. Remuneração das Debêntures:** A partir da data da primeira integralização das Debêntures, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão), calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI Over"), acrescida exponencialmente de sobretaxa (*spread*) equivalente a 1,38% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, até a Data de Pagamento da Remuneração subsequente. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. Para fins da Escritura de Emissão, "Data de Início da Rentabilidade" significa a data da primeira integralização das Debêntures; **f. Pagamento da Remuneração das Debêntures:** Ressalvadas as hipóteses a serem previstas na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, sem carência, a partir da Data de Emissão (exclusivo), conforme as datas constantes do cronograma de pagamentos a ser descrito no Anexo II à Escritura de Emissão ("Data de Pagamento da Remuneração"). Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos titulares das Debêntures nos termos da Escritura de Emissão aqueles que forem titulares das Debêntures no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento; e **g. Multa e Juros Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impuntualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2%; e (ii) juros moratórios à razão de 1% ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). **5.2.** Autorizar **(1)** a constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Ações, nos termos e condições a serem previstos no Contrato de Alienação Fiduciária e na Escritura de Emissão e **(2)**, nos termos previstos no artigo 17, parágrafo 2º do estatuto social da Companhia, a outorga de procuração *ad negotia* com prazo até o cumprimento integral das obrigações das Debêntures, a ser outorgada pela Companhia ao Agente Fiduciário, nos termos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária, para a implementação da Alienação Fiduciária de Ações; **5.3.** Autorizar a constituição, pela Emissora, da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, nos termos e condições a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária e na Escritura de Emissão; **5.2.** Aprovar a outorga, pela Companhia, da Fiança, nos termos e condições previstos na Escritura de Emissão, como garantia do integral, fiel e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e/ou acessórias, presentes e/ou futuras assumidas pela Emissora perante os titulares das Debêntures no âmbito da Emissão, incluindo, sem limitação, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, a Remuneração, os Encargos Moratórios, honorários do Agente Fiduciário, todos os custos e despesas incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas, taxas judiciais, verbas indenizatórias e tributos incorridos pelo Agente Fiduciário na salvaguarda dos direitos dos titulares das Debêntures ("Obrigações Garantidas"); **5.4.** Autorizar a Diretoria da Companhia, bem como quaisquer de seus representantes legais, a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações acima, inclusive, mas sem limitação, a negociação e definição de todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão, à Oferta e à efetivação das Garantias, bem como celebrar todos os instrumentos e respectivos aditamentos necessários à implementação da Oferta, da Emissão, das Garantias, incluindo a Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária e o Contrato de Cessão Fiduciária; e **5.5.** Ratificar os atos já praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Emissão em consonância com as deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 15/01/2026. (ass.) **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 61.654/26-7 em 16/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$
5,1832 / R\$ 5,1838 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,2054 / R\$ 5,2074 *
Turismo - R\$ 5,2329 /
R\$ 5,4129
(* cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio
livre mercado
no dia: +0,01%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: +1,52%
Pontos: 184.691
Volume financeiro:
R\$ 34,115 bilhões
Maiores altas: Raízen
PN (+20,00%), C&A ON
(+8,60%), Usiminas
PNA (+6,57%)
Maiores baixas: Embra-
er ON (-3,53%), CPFL
ON (-2,84%), Marfrig
ON (-2,51%)
S&P 500 (Nova York):
-0,01%
Dow Jones (Nova York):
0,02%
Nasdaq (Nova York):
0,17%
CAC 40 (Paris): -1,06%
Dax 30 (Frankfurt):
-0,29%
Financial 100
(Londres): -0,52%
Nikkei 225 (Tóquio):
0,05%
Hang Seng (Hong
Kong): 2,58%
Shanghai Composite
(Xangai): 0,27%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): 0,26%
Merval (Buenos Aires):
-0,42%
IPC (México): 1,57%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Dezembro 2024: 0,52%
Janeiro 2025: 0,16%
Fevereiro 2025: 1,31%
Março 2025: 0,56%
Abril 2025: 0,43%
Maio 2025: 0,26%
Junho 2025: 0,24%
Julho 2025: 0,26%
Agosto 2025: -0,11%
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%

Pen Brasil Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 33.700.146/0001-07 – NIRE 35.235.534.136

Ata de Reunião de Sócios

1. Data, Hora e Local: 27 de janeiro de 2026, às 10:00 horas, na sede social da Pen Brasil Participações Ltda. ("Sociedade"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 18º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-919. **2. Composição da Mesa:** Presidente: **Eduardo Martins Ribeiro**; Secretário: **Rodney Cherine Chalaby**. **3. Convocação:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1.072 da Lei 10.406/02. **4. Presentes** Sócios representando a totalidade do capital social: **Silermi S.A.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Uruguai, com sede em Montevideu, Uruguai, na Plaza Independência, 811, PB, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.600.494/0001-31, neste ato representada por seus procuradores, **Eduardo Martins Ribeiro**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº M-8744515 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 036.413.736-38, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 28, conjunto 11, Itaim Bibi, CEP 04543-000, e **Rodney Cherine Chalaby**, inglês, consultor de investimentos, casado, portador da Cédula de Identidade RNE V437312M e inscrito no CPF/MF sob o nº 232.410.308-73, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 18º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-919; e **Peninsula Investments Group IV, L.P.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Canadá, com sede em Toronto, Ontário, Canadá, na 152928 Canadá Inc., 5300 Commerce Court West, 199 Bay Street, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.047.874/0001-53, neste ato representada por seus procuradores, **Eduardo Martins Ribeiro** e **Rodney Cherine Chalaby**, acima qualificados. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a redução do capital social da Sociedade por ser excessivo em relação ao seu objeto social, com restituição à sócia **Silermi S.A.**; **(ii)** o grupamento das quotas representativas do capital social; e **(iii)** as demais providências correlatas. **6. Deliberações:** Iniciados os trabalhos, as sócias apreciaram a matéria constante da ordem do dia e, por unanimidade de voto e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: **(a)** aprovar a redução do capital social da Sociedade, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, de R\$ 106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais) para R\$ 95.108.038,00 (noventa e cinco milhões, cento e oito mil e trinta e oito reais), uma redução, portanto, de R\$ 10.891.962,00 (dez milhões, oitocentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e dois reais), realizada mediante a redução do valor nominal das quotas do capital, atualmente de R\$ 1,00 (um real) para R\$ 0,8972456 por quota; **(b)** A redução do capital social indicada no item (a) acima será efetivada mediante a devolução desproporcional de capital exclusivamente à sócia **Silermi S.A.**, acima qualificada, a qual se dará integralmente em moeda corrente nacional; **(c)** aprovar o grupamento das 106.000.000 (cento e seis milhões) quotas representativas do capital social da Sociedade, no valor nominal de R\$ 0,8972456 cada, na proporção de 1,1145117467 para 1, de modo que o capital social passe a ser dividido em 95.108.038 (noventa e cinco milhões, cento e oito mil e trinta e oito) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, de forma que as quotas passem a ser detidas conforme segue: **Nome:** Silermi S.A., **Quotas:** 95.108.037, **RS:** 95.108.037,00, %: 99,99. **Nome:** Peninsula Investments Group IV, L.P., **Quotas:** 1, **RS:** 1,00, %: 0,01. **Total de Quotas:** 95.108.038. **Total do RS:** 95.108.038,00. **Total da %:** 100,00. **(d)** consignar, ainda, em razão da redução de capital acima e nos termos do artigo 1.084 do Código Civil, a redução de capital somente será efetivada após decorrido, sem impugnação, o prazo legal de 90 (noventa) dias para a manifestação dos credores, contando das publicações exigidas por lei, sendo que a alteração contratual pertinente será arquivada concomitantemente com a presente, na Junta Comercial do Estado de São Paulo após o cumprimento de referido prazo. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião de Sócios e lavrada a presente Ata, que lida e conferida, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 27 de janeiro de 2026. Mesa: **Eduardo Martins Ribeiro**, Presidente da Mesa; **Rodney Cherine Chalaby**, Secretário da Mesa. Sócios: p.p. **Silermi S.A.**, Eduardo Martins Ribeiro / Rodney Cherine Chalaby; p.p. **Peninsula Investments Group IV, L.P.**, Eduardo Martins Ribeiro / Rodney Cherine Chalaby.

Movecta S.A.

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas desta Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 04 de fevereiro de 2026, às 10:00 horas em primeira convocação, na sede social da Companhia, na Rua Guararapes, nº 1909, 9º andar, Cidade Monções, São Paulo-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** tomar ciência da renúncia do Sr. José Florêncio Rodrigues e do Sr. José Antônio Miguel Neto como membros do Conselho de Administração da Companhia; **2.** reeleger os demais membros do Conselho de Administração da Companhia; e **3.** outros assuntos de interesse social. São Paulo, 26 de janeiro de 2026. **Marilena Rodrigues Vasone** – Presidente. (27, 28 e 29/01/2026)

WDR Transportes Ltda.

CNPJ/MF nº 17.376.819/0001-50 – NIRE 35.227.187.724

Edital de Termo de Responsabilidade nº 122/2025

A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela matriz da sociedade empresária "WDR Transportes Ltda.", NIRE 35227187724, CNPJ/MF 17.376.819/0001-50, localizada na Rua Mário Erbolato, 684, Parque Santa Bárbara, Campinas/SP, CEP 13064-620, **Sr. Edyson Cardoso Rodrigues**, brasileiro, portador do RG nº 36.713.355-6 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 347.346.431-72, assinou em **15/12/2025** o Termo de Responsabilidade nº **122/2025**, com fulcro nos artigos 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do artigo 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do artigo 8º da supracitada Instrução Normativa. **Marcio Massao Shimamoto**. Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Verisure Brasil Monitoramento de Alarmes S.A.

CNPJ nº 11.660.106/0001-38 - NIRE 35.300.486.901

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/05/2025

Data, hora e local: Em 26/05/2025, às 10hs, na sede. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa: Presidente:** Joaquin Aznar de Pedro; e, **Secretária:** Rafaela Djalma Gonçalves Scrivano. **Ordem do Dia:** (1) Re-Ratificação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/03/2025, que teve por objeto: (a) Alteração do Período do Mandato dos Membros da Diretoria, previsto no Artigo 11º do Estatuto Social da Companhia; (b) Eleição de membro da Diretoria Sem Designação Específica, nos termos do Artigo 10º do Estatuto Social da Companhia; (c) Outros Assuntos de Interesse da Companhia; e, (d) Consolidação do Estatuto Social da Companhia; considerando que, por um equívoco, o valor do capital social da Companhia mencionado no Artigo 6º do Estatuto Social, constou com o valor incorreto de R\$ 1.022.636.662,58, sendo que, o valor correto é R\$ 1.063.866.028,46. **Deliberações aprovadas:** Aprovada a re-ratificação do valor do capital social mencionado no Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, sendo o valor correto R\$1.063.866.028,46, totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.063.866.028 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Nada mais. São Paulo, 26/05/2025. JUCESP nº 384.831/25-4 em 29/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

PUBLICIDADE LEGAL

DM Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 16.581.207/0001-37 – NIRE 35.300.439.295

Ata de Reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2025
Data, Hora e Local: 30/12/2025, às 15h, na sede social da **DM Instituição de Pagamento S.A.** (“**Companhia**”). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, estando presentes os acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Denis César Correia, Presidente e Sr. Tharik Camocardi de Moura, Secretário. **Deliberações:** A totalidade dos acionistas, por unanimidade, decidem: (i) Alterar o objeto social da Companhia para **incluir** as atividades de Cobranças e informações cadastrais e outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificados anteriormente, com a consequente alteração do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia; (ii) Tendo em vista as deliberações acima aprovadas, os acionistas decidem aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata. São José dos Campos, 30/12/2025. **Mesa:** Denis Cesar Correia – Presidente; Tharik Camocardi de Moura – Secretário. **Acionistas: Denis Cesar Correia; DMC** **Core Holding Financeira S.A.**, Denis Cesar Correia – Diretor Presidente; Tharik Camocardi de Moura – Diretor Financeiro. **Anexo I – Estatuto Social Consolidado, Capítulo I – Da Denominação, Objeto, Sede e Duração. Artigo 1º.** A **DM Instituição de Pagamento S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto emitir e administrar cartões de crédito próprios ou de terceiros, podendo, para tanto, aprovar solicitações de cartões de crédito e emitir os cartões; credenciar estabelecimentos para operar com os cartões; processar dados e elaborar documentos relacionados à posse e ao uso dos cartões; obter, junto a instituições financeiras, financiamento em nome e por conta dos portadores de cartões, negociando taxas e celebrando contratos de empréstimos em nome deles; conceder fiança, assumindo os riscos do inadimplimento dos portadores de cartões perante as instituições financeiras; prestar serviços de administração do financiamento, de consultoria, planejamento e de treinamento relacionados a cartões de crédito; desenvolver e implantar sistemas de automação relacionados ao funcionamento de cartões de crédito; desenvolver e administrar programas de relacionamento entre consumidores, lojistas, indústrias e outras empresas de serviços, incluindo programas de fidelidade e incentivo, além da produção de materiais associados, como cartões personalizados e materiais de divulgação; prestar serviços de call center e teleatendimento; Atividades de cobrança e gestão de informações cadastrais, bem como outras atividades auxiliares aos serviços financeiros não especificados anteriormente, desde que relacionadas e compatíveis com a atuação de instituição de pagamento. **Parágrafo Único.** A Companhia pode participar de quaisquer outras sociedades, mediante deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 3º.** A Companhia tem sua sede e foro na Avenida Cassiano Ricardo nº 521, 3º Andar, Sala 02, Torre B, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, em São José dos Campos/SP, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, abrir, transferir e extinguir sucursais, filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo 4º.** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 235.200.000,00, dividido e 235.200.000 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável, sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social. **Artigo 6º.** Os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações decorrentes do aumento do capital social fixando-se o prazo de 30 dias contados da data da publicação da respectiva deliberação para o exercício de preferência. **Capítulo III – Da Assembleia Geral. Artigo 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se ainda extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **§ 1º.** A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **§ 2º.** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretário. **§ 3º.** O acionista pode fazer representar-se na Assembleia Geral por procurador, constituído na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976 (“**Lei das S/A**”). **Artigo 8º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas que representem a maioria absoluta do capital social votante da Companhia, não se computando os votos em branco. **Artigo 9º.** A Assembleia Geral da Companhia terá competência para deliberar sobre as matérias previstas na Lei das S.A. observados os quóruns previstos em lei e o Acordo de Acionistas (conforme definido abaixo). **Capítulo IV – Da Administração. Artigo 10º.** A administração da Companhia compete à Diretoria. **Artigo 11º.** Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 dias contados das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de Termo de Posse no livro de atas da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. **Artigo 12º.** A Assembleia Geral fixará a remuneração individual de cada Diretor da Companhia. **Capítulo V – Da Diretoria. Artigo 13º.** A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. **Artigo 14º.** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se a critério do Diretor Presidente para tratar de aspectos operacionais. **Artigo 15º.** A Diretoria é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Planejamento de Risco de Crédito e um Diretor de Tecnologia, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. **Artigo 16º.** A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, será sempre exercida (i) em conjunto pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro; ou (ii) por qualquer Diretor em conjunto com 1 procurador, devidamente constituído, em todos os atos que criem obrigações para a Companhia ou desonerem terceiros de obrigações para com Companhia. **Parágrafo Único.** A outorga de procuração em nome da Companhia dependerá da assinatura conjunta do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e deverá conter, expressamente, os poderes outorgados e o prazo de vigência, sendo que procurações ad judícia poderão ser por prazo indeterminado, respeitando-se na outorga dos respectivos mandatos os limites e restrições impostos neste Estatuto Social. **Artigo 17º.** Todos e quaisquer atos necessários e convenientes à administração da Companhia deverão observar quóruns, procedimentos e restrições previstos no Acordo de Acionistas da acionista DMCARD PARTICIPAÇÕES S.A., devidamente arquivado na sua sede social (“**Acordo de Acionistas**”), sendo considerado nulo de pleno direito todo ato ou deliberação praticada em desacordo com referido Acordo de Acionistas. **Capítulo VI – Do Conselho Fiscal. Artigo 18º.** O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. **§ 1º.** O Conselho Fiscal, se instalado, será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **§ 2º.** O Conselho Fiscal, se instalado, poderá reunir-se sempre que necessário, mediante convocação por qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. **Capítulo VII – Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 19º.** O exercício social terá início 01 de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 20º.** Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a, no mínimo, 25 do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S/A. **Artigo 21º.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral. **Parágrafo Único.** Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. **Artigo 22º.** A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. **Parágrafo Único.** A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório. **Capítulo VIII – Da Liquidação da Companhia. Artigo 23º.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo IX – Das Disposições Finais. Artigo 24º.** É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qual modalidade, para negócios estranhos aos seus interesses sociais. **Artigo 25º.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com que preceitua a Lei das S/A. **Capítulo X – Da Arbitragem. Artigo 26º.** Qualquer controvérsia, disputa ou reclamação decorrentes deste Estatuto Social ou a ele relacionados incluindo, mas não se limitando a, quaisquer questões relacionadas à existência, validade, interpretação ou inadimplemento, deverão ser solucionadas de forma definitiva por arbitragem, na forma estabelecida no Acordo de Acionistas da acionista DMCARD PARTICIPAÇÕES S.A. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 64.854/26-7 em 22/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

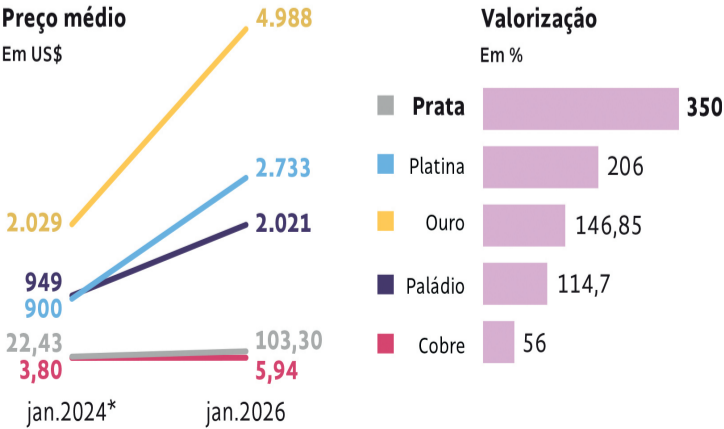
Buspay S.A.

CNPJ/MF nº 31.689.379/0001-12 – NIRE 35.300.522.664

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no Dia 04 de novembro de 2025

Data, Hora e Local: Em 04/11/2025, às 10 horas, na sede social da **Buspay S.A.**, localizada em São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Marco Aurelio Spinardi – Presidente; Adriano Barros de Araujo – Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia por Unanimidade de Votos:** Resolveram os acionistas, por unanimidade: **(a)** Os acionistas leram e aprovaram o novo texto do objeto social, com a inclusão da nova atividade de prestação de serviço de estipulante na contratação de apólices de seguros coletivos, passando o artigo 2º do Estatuto Social a vigorar com o seguinte teor: “ **Artigo 2º** – A Companhia tem por objetivo: **a)** mediante adesão a Arranjo de Pagamento, habilitar recebedores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição financeira participante de um mesmo arranjo de pagamento; **b)** participar do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor, de acordo com as regras de arranjo de pagamento; **c)** praticar as demais atividades inerentes às sociedades credenciadoras, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor; **d)** prestar outros serviços a terceiros tais como o aluguel de equipamentos de captura de transações, o fornecimento e a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos ou manuais para a captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento ou meios eletrônicos, que exijam o registro e aprovação de transações não financeiras e dados eletrônicos de qualquer natureza, passíveis de transitar em rede eletrônica; **e)** prestar serviços de desenvolvimento e operação de soluções comerciais na transmissão, processamento e liquidação de transações de pagamento, por meio de dispositivos eletrônicos ou digitais; **f)** prestar serviços de solução para o controle de acesso e de pagamento eletrônico por meio de reconhecimento facial; **g)** prestar serviços de desenvolvimento e de operação de plataforma eletrônica e de integração entre sistemas, visando o ambiente de operação das empresas de transporte coletivo; **h)** prestação de serviços eletrônicos de emissão e venda de bilhetes de passagens para o transporte público por meio de ônibus; **i)** prestação de serviços de GATEWAY e de sistemas intermediários de interligação de redes; **j)** desenvolvimento e operação de plataforma eletrônica para a organização e gestão de serviços de logística no segmento do transporte de encomendas e cargas; **k)** prestação de serviço de estipulante na contratação de apólices de seguros coletivos; e, **l)** participar do capital de outras sociedades como sócia ou acionista, direta ou indiretamente, no Brasil ou no Exterior.” **(b)** Aprovaram a consolidação do Estatuto Social, objeto do item **(b)** da Ordem do Dia, para que nele se faça constar a alteração ora deliberada, cujo texto passa a vigorar com segue: “**Capítulo I – Denominação, Objeto, Sede e Prazo: Art. 1º** – A **Buspay S.A.**, é sociedade por ações que se rege pelo presente estatuto social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Art. 2º** – A Companhia tem por objetivo: **a)** mediante adesão a Arranjo de Pagamento, habilitar recebedores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição financeira participante de um mesmo arranjo de pagamento; **b)** participar do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor, de acordo com as regras de arranjo de pagamento; **c)** praticar as demais atividades inerentes às sociedades credenciadoras, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor; **d)** prestar outros serviços a terceiros tais como o aluguel de equipamentos de captura de transações, o fornecimento e a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos ou manuais para a captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento ou meios eletrônicos, que exijam o registro e aprovação de transações não financeiras e dados eletrônicos de qualquer natureza, passíveis de transitar em rede eletrônica; **e)** prestar serviços de desenvolvimento e operação de soluções comerciais na transmissão, processamento e liquidação de transações de pagamento, por meio de dispositivos eletrônicos ou digitais; **f)** prestar serviços de solução para o controle de acesso e de pagamento eletrônico por meio de reconhecimento facial; **g)** prestar serviços de desenvolvimento e de operação de plataforma eletrônica e de integração entre sistemas, visando o ambiente de operação das empresas de transporte coletivo; **h)** prestação de serviços eletrônicos de emissão e venda de bilhetes de passagens para o transporte público por meio de ônibus; **i)** prestação de serviços de GATEWAY e de sistemas intermediários de interligação de redes; **j)** desenvolvimento e operação de plataforma eletrônica para a organização e gestão de serviços de logística no segmento do transporte de encomendas e cargas; **k)** prestar serviços de estipulante na contratação de seguros coletivos **l)** participar do capital de outras sociedades como sócia ou acionista, direta ou indiretamente, no Brasil ou no Exterior. **Art. 3º** – A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida do Café, nº 277, Torre A, 4º andar, Cj. 402 (parte), Vila Guarani, CEP 04311-900, podendo por deliberação de sua Diretoria, instalar ou encerrar dependências, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Art. 4º** – O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações: Art. 5º** – O capital social da Companhia é de R\$ 268.000,00 dividido em 268.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e sem a emissão de certificados. **Art. 6º** – Nas deliberações da Assembleia Geral, cada ação ordinária dará direito a um voto. **§ 1º** – A sociedade poderá criar, mediante deliberação da Assembleia Geral, ações preferenciais. **§ 2º** – A sociedade poderá emitir debêntures ou partes beneficiárias. **Capítulo III – Assembleia Geral: Art. 7º** – A Assembleia Geral será instalada e presidida por um dos administradores da companhia, que convidará a um dos presentes para secretar os trabalhos; **§ 1º** – O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral nos termos do **§ 1º** do artigo 126 da Lei 6.404, de 15.12.1976, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 horas antes da hora para a qual estiver convocada a Assembleia. **Capítulo IV – Diretoria: Art. 8º** – A administração da Companhia competirá a uma Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. A Diretoria será composta por no mínimo 02 e no máximo 6 Diretores, residentes no País, acionistas ou não, sendo 01 Diretor Presidente, 01 Diretor Executivo e os demais diretores sem designação específica. **§ 1º.** O mandato dos Diretores se estenderá até a posse dos que forem eleitos. **§ 2º** Na ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, exceto o Diretor Presidente, o Diretor Presidente indicará um membro da Diretoria para exercer, cumulativamente, as suas funções originais e as funções do Diretor ausente ou impedido durante o prazo da ausência ou impedimento. **§ 3º** – Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, o Diretor Executivo assumirá temporariamente as funções daquele, cumulando-as com as suas funções. **§ 4º** – Persistindo a ausência ou impedimento por período superior a noventa dias, deverá ser convocada a Assembleia Geral para eleição de administrador substituto, aplicando-se idêntico procedimento no caso de vacância. **§ 5º** – O prazo de gestão da Diretoria é de 3 anos, facultada a reeleição. Findo o mandato, os administradores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos; **§ 6º** – Compete ao: I) Diretor Presidente: (a) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais diretores; (b) coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da companhia, bem como a sua apresentação aos acionistas; (c) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (d) indicar Diretor para exercer as funções de Diretor ausente ou impedido, nos termos do artigo 8º, parágrafo 2º; e (e) estabelecer, em conjunto com o Diretor Executivo, metas e objetivos para a companhia; II) Diretor Executivo: (a) ter sob sua responsabilidade o suporte e apoio de infra-estrutura necessária a todas as unidades da companhia, objetivando a excelência nos processos com eficiência de custos; (b) administrar e supervisionar as áreas que lhe forem conferidas pelo Diretor Presidente; (c) estabelecer, em conjunto com Diretor Presidente, metas e objetivos para a companhia; e (d) supervisionar a atuação dos Diretores Executivos que estiverem sob sua supervisão direta e acompanhamento dos respectivos desempenhos; (e) substituir o Diretor Presidente na ausência ou impedimentos temporários deste; e, III) Diretores: administrar e supervisionar as áreas que lhes forem conferidas pelo Diretor Presidente. **§ 7º** – Será atribuído de um ou mais dos membros da Diretoria, devidamente designados em Ata de Reunião da Diretoria, a função de: (i) representar a companhia, em face de responsabilidades específicas por áreas da companhia; (ii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas em reunião de Diretoria. **§ 8º** – A remuneração dos administradores será aprovada, por montante global, pela Assembleia Geral e será fixada, individualmente, conforme a política de remuneração aprovada em reunião de Diretoria, política essa que deve ser compatível com a política de gestão de riscos e ser formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médios e longos prazos adotados pela companhia **Art. 9º** – Os membros da Diretoria têm os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da instituição e a consecução do objeto social, conforme a sua respectiva área de atuação; **§ 1º** – A Companhia será representada, em suas relações externas: a) por dois membros da Diretoria; ou b) por um membro da Diretoria e um Procurador com poderes especiais, constituído na forma do **2º** deste artigo; **§ 2º** – Os mandatários “ad negocia” da Companhia serão nomeados por procuração subscrita por dois Diretores, em conjunto, com prazo de validade não superior a um ano, na qual serão expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade do ato de mandato; **§ 3º** – Os mandatários “ad judícia” da Companhia serão constituídos por procuração assinada por dois membros da Diretoria e o mandato não precisará conter prazo de duração, bem como poderá autorizar a prática de atos isolados; **§ 4º** – Nas Assembleias gerais de sociedades de que participe, a Companhia será representada por um Diretor; **§ 5º** – Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósito da Companhia, esta poderá ser representada por dois procuradores com poderes especiais, observado quanto à nomeação desses procuradores o disposto nos parágrafos anteriores; **§ 6º** – O endosso de cheques para depósito em conta bancária da Companhia ou de títulos de crédito para cobrança simples em instituição bancária poderá ser feito por um membro da Diretoria ou um procurador nomeado com observância do disposto no **§ 2º** deste artigo; **§ 7º** – A Companhia poderá ser representada por um membro da Diretoria ou um procurador com poderes especiais, perante órgãos da administração pública direta e indireta, tais como sociedades de economia mista, empresas públicas e concessionárias de serviços públicos, (a) em atos que não importem na criação de obrigação para a Companhia, (b) no cumprimento de obrigações tributárias, para fiscais e trabalhistas e (c) na preservação de seus direitos em processos administrativos; **§ 8º** – A representação ativa e passiva da Companhia em juízo, para receber citação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá ao Diretor designado pela Diretoria, o qual, inclusive, será o responsável pela designação dos prepostos, para fins de representação da Companhia perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos; **§ 9º** – Deverão ser assinados por 02 Diretores em conjunto, sendo obrigatória a prévia autorização deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, os documentos que se referirem a alienação ou oneração de bens pertencentes ao ativo permanente da sociedade, quando o valor desses bens ultrapassar o montante de R\$ 5.000.000,00(milhões de reais), atualizado anualmente pela variação do IGP-M e em atos que impliquem na participação da companhia em outras sociedades, ou mesmo em parcerias ou consórcios. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Art. 10º** – A Companhia terá um Conselho Fiscal, com as atribuições da lei, composto de 3 membros e igual número de suplentes; **Parágrafo Único** – O Conselho Fiscal não funcionará permanentemente e será eleito e instalado a pedido dos acionistas ou nos casos previstos em lei. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro: Art. 11º** – O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras do exercício, e as submeterá à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício; **Parágrafo único** – O lucro do exercício terá as seguintes destinações: a) 5% para a formação do fundo de reserva legal, até atingir 20% do capital social; b) pagamento de dividendo obrigatório; c) o saldo terá o destino que lhe for atribuído por deliberação da Assembleia. **Art. 12º** – A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202, da Lei 6.404, de 15.12.1976, com as alterações da Lei nº 10.303, de 31.10.2001, salvo se houver deliberação em contrário pela Assembleia Geral Ordinária ou haja a incompatibilidade da situação financeira da Companhia com tal distribuição; **§ 1º** – Também por deliberação da Assembleia Geral, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante; **§ 2º** – Os pagamentos referidos no Parágrafo anterior serão compensados com o dividendo obrigatório do exercício, e a Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório, se houver, depois de compensados os pagamentos antecipados; **Art. 13º** – Mediante decisão da Assembleia Geral, poderão ser pagos aos acionistas juros sobre o capital próprio, que poderão ser compensados com os dividendos mínimos . **Art. 14º** – A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá levantar balanços intercalares. **Capítulo VII – Transformação: Art. 15º** – A Companhia, poderá ser transformada de um tipo em outro, conforme o disposto no artigo 220 da Lei nº 6404/76, mediante deliberação de acionistas representando a maioria do capital social; **Capítulo VIII – Liquidação: Art. 16º** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, à qual caberá nomear o liquidante e seu respectivo substituto, eleger o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período da liquidação, e fixar as respectivas remunerações. **Capítulo IX – Disposições Finais e Transitórias – Art. 17º** – Por deliberação aprovada em Assembleia Geral poderão ser criados órgãos técnicos ou consultivos, com funções técnicas ou destinadas a aconselhar os administradores, na forma de comitês especiais, de funcionamento permanente ou não. **Art. 18º** – Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.” **Encerramento:** Nada mais, encerrada a Assembleia, lavrou-se a Ata. São Paulo, 04/11/2025. **Presidente:** Marco Aurelio Spinardi; **Secretário:** Adriano Barros de Araujo. **Acionistas:** José Garcia Netto; Caruana S.A. Participações e Empreendimentos. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 009.445/26-2 em 22/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Valorização dos metais preciosos negociáveis



*Preço para cada onça troy, menos cobre, que é para cada libra
Fonte: Bullion Rates

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

Verisure Brasil Monitoramento de Alarmes S.A.

CNPJ nº 11.660.106/0001-38 - NIRE 35.300.486.901

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/03/2025

Data, hora e local: Em 27/03/2025, às 10hs, na sede. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa Dirigente: Presidente:** Joaquin Aznar de Pedro; e, **Secretária:** Rafaela Djalma Gonçalves Scrivano. **Deliberações aprovadas:** **1. Alteração do Período do Mandato dos Membros da Diretoria, previsto no Artigo 11º do Estatuto Social da Companhia:** A alteração do período de vigência do mandato dos membros da Diretoria da Companhia, previsto no Artigo 11º do respectivo Estatuto Social para o período de 03 anos. Assim, o Artigo 11º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 11º. O mandato dos diretores terá prazo unificado de 03 anos, considerando-se o ano o período compreendido entre duas Assembleias Gerais Ordinárias. Todos os diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos. §1º. A remuneração de todos os diretores será estabelecida pela assembleia geral que os eleger. §2º. Os diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro próprio, no prazo máximo de 30 dias, contados da data de sua eleição. “2. Eleição de membro da Diretoria Sem Designação Específica, nos termos do Artigo 10º do Estatuto Social da Companhia: Aprovado e reeleito por unanimidade para o cargo de Diretor Sem Designação Específica: a) **Rodrigo Azevedo da Silva**, brasileiro, administrador. O Diretor ora reeleito exercerá o cargo pelo período do mandato de 03 anos, permitida a reeleição, devendo permanecer em seu cargo até que seu sucessor tome posse, sendo empossado mediante assinatura do respectivo termo de posse, que declara para os devidos fins do disposto no artigo 147, § 1º da Lei nº 6.404/76, não estar incurso em quaisquer crimes previstos em lei ou nas demais restrições legais que o impeça de exercer o cargo para o qual foi eleito na administração da Companhia. 3. Outros Assuntos de Interesse da Companhia:** Após, foi dada a palavra aos presentes, não havendo nenhum outro assunto para deliberação de interesse da Companhia. **4. Consolidação do Estatuto Social da Companhia em decorrência das deliberações:** Aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações ora aprovadas. Nada mais. São Paulo, 27/03/2025. JUCESP nº 143.972/25-0 em 07/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º. A Verisure Brasil Monitoramento de Alarmes S.A. é uma sociedade anônima regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei Federal nº 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). **§ Único.** Os acionistas reconhecem que o nome “Verisure” é um ativo de importância, de propriedade da organização a que pertence a acionista ESML SD Iberia Holding SAL, estando registrada em diversos países, inclusive no Brasil, como marca. Na hipótese de a acionista ESML SD Iberia Holding SAL ou qualquer de seus sucessores, desde que pertencente à mesma organização, deixar de representar ao menos metade do capital social, este terá o direito de exigir a retirada de aludido nome da denominação social. As acionistas desde logo se comprometem, quando assim exigido, a promover a modificação do presente Estatuto Social para dar efeito à alteração da denominação social. **Artigo 2º.** A Companhia, registrada na JUCESP/NIRE nº **35.300.486.901**, em sessão de 05/03/2010, CNPJ nº **11.660.106/0001-38**, tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.440, conjunto 161 a 164, no 16º andar do Subcondomínio Torre Corporativa B3 – Jatobá, Condomínio Parque da Cidade, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000. **§ Único.** A Companhia possui as seguintes filiais: (1) Filial registrada na JUCESP/NIRE nº **35.905.256.343**, em sessão de 17/01/2017, CNPJ nº **11.660.106/0002-19**, localizada no Estado de São Paulo, no município de Campinas, na Avenida João Erbolato, nº 33, lote 01, quadra 18, Jardim Chapadão, CEP 13070-070, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica e artes cênicas, espetáculos e atividades correlatas; (2) Filial registrada na JUCESP/NIRE nº **35.905.256.351**, em sessão de 17/01/2017, CNPJ nº **11.660.106/0003-08**, localizada no Estado de São Paulo, no município de Santos, na Avenida Bernardino de Campos, nº 521, Gonzaga, CEP 11065-001, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica, artes cênicas, espetáculos e atividades correlatas; instalação de equipamentos; (3) Filial registrada na JUCERJA/NIRE nº **33.901.426.455**, em sessão de 10/04/2017, CNPJ nº **11.660.106/0007-23**, localizada na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Washington Luiz, nº 04 – PRD 181 SUPMEM DE SA, Centro, CEP 20230-026, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico e a instalação e manutenção elétrica; (4) Filial registrada na JUCESP/NIRE nº **35.905.428.870**, em sessão de 06/02/2018, CNPJ nº **11.660.106/0009-95**, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Bragança Paulista, nº 684, Vila Cruzeiro, CEP 04727-001, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica, artes cênicas, espetáculos e atividades correlatas; (5) Filial registrada na JUCESP/NIRE nº **35.905.428.888**, em sessão de 06/02/2018, CNPJ nº **11.660.106/0011-00**, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na praça Isai Leirner, nº 198, Jardim Bonfiglioli, CEP 05595-140, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica, artes cênicas, espetáculos e atividades correlatas; (6) Filial registrada na JUCESP/NIRE nº **35.905.428.896**, em sessão de 06/02/2018, CNPJ nº **11.660.106/0012-90**, localizada no Estado de São Paulo, no município de Sorocaba, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 743, Centro, CEP 18035-060, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica, artes cênicas, espetáculos e atividades correlatas e instalação de equipamentos; (7) Filial registrada na JUCESP/NIRE nº **35.905.465.848**, em sessão de 15/03/2018, CNPJ nº **11.660.106/0013-71**, localizada no Estado de São Paulo, no município de São José dos Campos, na Avenida Andromeda, nº 3642, Bosque dos Eucaliptos, CEP 12233-001, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica, artes cênicas, espetáculos e atividades correlatas; (8) Filial registrada na JUCESP/NIRE nº **35.905.465.830**, em sessão de 15/03/2018, CNPJ nº **11.660.106/0014-52**, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Anhanguera, s/n, Galpão 03, Parque São Domingos, CEP 05112-000, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de escritório administrativo; (9) Filial registrada na JUCERJA/NIRE nº **33.901.504.065**, em sessão de 31/10/2018, CNPJ nº **11.660.106/0015-33**, localizada no Estado do Rio de Janeiro, no município de Niterói, na Estrada Francisco da Cruz, nº 5101, loja 01, Itaipu, CEP 24340-000, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico e a instalação e manutenção elétrica; (10) Filial registrada na JUCERJA/NIRE nº **33.901.504.081**, em sessão de 31/10/2018, CNPJ nº **11.660.106/0017-03**, localizada no Estado do Rio de Janeiro, no município de Cabo Frio, na Avenida Vereador Antônio Ferreira dos Santos, nº 1280, lojas 06, 7 e 08, quadra 19, lote 04, Braga, CEP 28908-200, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico e a instalação e manutenção elétrica; (11) Filial registrada na JUCESP/NIRE nº **35.905.829.751**, em sessão de 22/03/2019, CNPJ nº **11.660.106/0018-86**, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Azevedo Soares, nº 973, Vila Gomes Cardim, CEP 03322-001, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica, artes cênicas, espetáculos e atividades correlatas; (12) Filial registrada na JUCESP/NIRE nº **35.905.829.769**, em sessão de 22/03/2019, CNPJ nº **11.660.106/0019-67**, localizada no Estado de São Paulo, no município de São Caetano do Sul, na Rua Rio de Janeiro, nº 294/298, Oswaldo Cruz, CEP 09540-400, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica, artes cênicas, espetáculos e atividades correlatas; (13) Filial registrada na JUCESP/NIRE nº **35.905.829.742**, em sessão de 22/03/2019, CNPJ nº **11.660.106/0021-81**, localizada no Estado de São Paulo, no município de Ribeirão Preto, na Rua Doutor Laudo de Camargo, nº 300, Jardim São Luiz, CEP 14020-430, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica, artes cênicas, espetáculos e atividades correlatas; (14) Filial registrada na JUCERJA/NIRE nº **33.901.526.573**, em sessão de 03/04/2019, CNPJ nº **11.660.106/0023-43**, localizada no Estado do Rio de Janeiro, no município de Petrópolis, na Rua Santos Dumont, nº 162, Centro, CEP 25625-090, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica e instalação de equipamentos; (15) Filial registrada na JUCEPAR/NIRE nº **41.901.793.853**, em sessão de 10/04/2019, CNPJ nº **11.660.106/0024-24**, localizada na Capital do Estado do Paraná, na Rua Eduardo Carlos Ferreira, nº 2890, Portão, CEP 80610-170, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica, manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente e a instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente; (17) Filial registrada na JUCESC/NIRE **42.901.247.060**, em sessão de 27/05/2019, CNPJ nº **11.660.106/0027-77**, localizada na Capital do Estado de Santa Catarina, na Rua Santos Saravia, nº 1180, Loja 01, no Centro Comercial Edelweiss, Estreito, CEP 88070-101, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica, artes cênicas, espetáculos e atividades correlatas; (18) Filial registrada na JUCESC/NIRE **42.901.247.078**, em sessão de 27/05/2019, CNPJ nº **11.660.106/0028-58**, localizada no Estado de Santa Catarina, município de Joinville, na Rua Caçador, nº 304, Anita Garibaldi, CEP 89203-610, desempenhando, neste estabeleci-

mento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica, artes cênicas, espetáculos e atividades correlatas; (19) Filial registrada na JUCEMG/NIRE **31.999.826.919**, em sessão de 25/06/2019, CNPJ nº **11.660.106/0029-39**, localizada na Capital do Estado de Minas Gerais, na Rua Matias Barbosa, nº 97, Floresta, CEP 31015-160, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica, artes cênicas, espetáculos e atividades correlatas; (20) Filial registrada na JUCESP/NIRE nº **35.905.972.359**, em sessão de 26/11/2019, CNPJ nº **11.660.106/0031-53**, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Água Fria, nº 558, Água Fria, CEP 02332-000, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica, artes cênicas, espetáculos e atividades correlatas; (21) Filial registrada na JUCISRS/NIRE nº **43.920.005.867**, em sessão de 26/11/2019, CNPJ nº **11.660.106/0032-34**, localizada na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Amazonas, nº 977, São Geraldo, CEP 90240-542, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica, artes cênicas, espetáculos e atividades correlatas; (22) Filial registrada na JUCEG/NIRE nº **52.901.583.149**, em sessão de 26/11/2019, CNPJ nº **11.660.106/0034-04**, localizada na Capital do Estado de Goiás, na Avenida Perimetral, nº 2572, sala 03, lote 15e, quadra 03, Set Coimbra, CEP 74530-020, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica e a instalação de equipamentos; (23) Filial registrada na JUCEPE/NIRE nº **26.902.011.458**, em sessão de 03/11/2020, CNPJ nº **11.660.106/0037-49**, localizada na Capital do Estado de Pernambuco, na Rua Hélio Falcão nº 624, Boa Viagem, CEP 51021-070, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica e a instalação de equipamentos; (24) Filial registrada na JUCEBA/NIRE nº **26.902.015.910**, em sessão de 03/11/2020, CNPJ nº **11.660.106/0038-20**, localizada na Capital do Estado da Bahia, na Avenida Manoel Dias da Silva, nº 590, loja 03, Pituba, CEP 41830-000, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica e a instalação de equipamentos; (25) Filial registrada na JUCESC/NIRE **42.902.079.713**, em sessão de 17/02/2022, CNPJ nº **11.660.106/0040-44**, localizada no Estado de Santa Catarina, município de Jaraguá do Sul, na Rua João Picoli, nº 235, Centro, CEP 89251-590, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de escritório administrativo e armazenagem de parte do estoque da Companhia; (26) Filial registrada na JUCESC/NIRE **42.902.079.721**, em sessão de 17/02/2022, CNPJ nº **11.660.106/0041-25**, localizada no Estado de Santa Catarina, município de Barra Velha, na Avenida Itajuba, nº 1100, salas 02, 03, e 04, Edifício Solarium Itajuba, Itajuba, CEP 88390-000, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de escritório administrativo e armazenagem de parte do estoque da Companhia; (27) Filial registrada na JUCESP/NIRE nº **35.906.377.586**, em sessão de 18/05/2022, CNPJ nº **11.660.106/0046-30**, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 647, 8º, 9º e 10º andares, Cerqueira César, CEP 01419-901, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de escritório administrativo; (28) Filial registrada na JUCES/NIRE nº **32.900.760.121**, em sessão de 18/05/2022, CNPJ nº **11.660.106/0047-10**, localizada no Estado do Espírito Santo, município de Vitória, na Rua Desembargador Ferreira Coelho, nº 310, Edifício Arts Center, lojas 01, 03 e 04, Praia do Sua, CEP 29052-210, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistema de segurança eletrônico e a instalação e manutenção elétrica; (29) Filial registrada na JUCESP/NIRE nº **35.906.668.254**, em sessão de 01/08/2023, CNPJ nº **11.660.106/0050-16**, localizada no Estado de São Paulo, município de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 475, 5º andar, Paraíso, CEP 01311-000, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de serviços combinados de escritório e apoio administrativo; (30) Filial registrada na JUCESP/NIRE **42.902.126.479**, em sessão de 01/08/2023, CNPJ nº **11.660.106/0054-40**, localizada no Estado de Santa Catarina, município de São Francisco do Sul, na Rodovia Duque de Caxias, nº 11.251, sala 08, Ubatuba, CEP 89240-000, desempenhando, neste estabelecimento, este estabelecimento, as atividades de serviços combinados de escritório e apoio administrativo; (31) Filial registrada na JUCEPAR/NIRE **41.902.002.396**, em sessão de 01/08/2023, CNPJ nº **11.660.106/0052-88**, localizada no Estado do Paraná, no município de Londrina, na Rua Adhemar Pereira de Barros, nº 630, sala 14, Bela Suíça, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico e a instalação e manutenção elétrica; (32) Filial registrada na JUCESP/NIRE **35.906.668.262**, em sessão de 01/08/2023, CNPJ nº **11.660.106/0051-05**, localizada no Estado de São Paulo, no município de São José do Rio Preto, na Rua Santos Dumont, nº 79, Vila Erclia, CEP 15013-100, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico e a instalação e manutenção elétrica; (33) Filial registrada na JUCEMG/NIRE **31.920.116.146**, em sessão de 01/08/2023, CNPJ nº **11.660.106/0048-00**, localizada no Estado do Minas Gerais, no município de Uberlândia, na Rua Coronel Constantino, nº 130, sala Farol 1, Tabajaras, CEP 38400-222, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico e a instalação e manutenção elétrica; (34) Filial registrada na JUCESP/NIRE **35.906.715.953**, em sessão de 13/11/2023, CNPJ nº **11.660.106/0056-01**, localizada no Estado de São Paulo, no município de Piracicaba, na Avenida Doutor Paulo de Moraes, nº 555, 3º andar, salas 33b e 37, Paulista, CEP 13400-853, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica e a instalação de equipamentos; (35) Filial registrada na JUCEC/NIRE **33.920.035.336**, em sessão de 13/11/2023, CNPJ nº **11.660.106/0057-92**, localizada no Estado do Ceará, no município de Fortaleza, na Rua Delmiro Gouveia, nº 1260, sala 01 a 04, Varjota, CEP 60175-090, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, a instalação e manutenção elétrica e a instalação de equipamentos; (36) Filial registrada na JUCEMS/NIRE **54.920.080.337**, em sessão de 13/11/2023, CNPJ nº **11.660.106/0058-73**, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, no município de Campo Grande, na Rua Mar Cáspio, nº 208, Setor DT 02, Chácara Cacheoira, CEP 79040-080, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico e a instalação e manutenção elétrica; (37) Filial registrada na JUCESP/NIRE **35.906.755.521**, em sessão de 28/02/2024, CNPJ nº **11.660.106/0060-98**, localizada no Estado de São Paulo, no município de Mogi das Cruzes, na Rua Carmela Dutra, nº 295, sala 04, Jardim Esplanada, CEP 08780-350, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico e a instalação e manutenção elétrica; (38) Filial registrada na JUCESP/NIRE **35.906.755.530**, em sessão de 28/02/2024, CNPJ nº **11.660.106/0061-79**, localizada no Estado de São Paulo, no município de Ribeirão Preto, na Avenida Presidente Vargas, nº 1527, Sala Emirados Árabes/E-0, jardim Irajá, CEP 14020-277, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico e a instalação e manutenção elétrica; (39) Filial registrada na JUCEMAT/NIRE **51.920.054.520**, em sessão de 06/06/2024, CNPJ nº **11.660.106/0062-50**, localizada no Estado da Mato Grosso, no município de Cuiabá, na Avenida Isaac Povos, nº 901, sala 402, Goiabeira, CEP 78032-015, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico e a instalação e manutenção elétrica. (40) Filial registrada na JUCESC/NIRE **42.902.157.439**, em sessão de 18/07/2024, CNPJ nº **11.660.106/0063-30**, localizada no Estado de Santa Catarina, no município de Joinville, na Rua Dona Francisca, nº 364, Centro, CEP 89201-250, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de escritório administrativo e armazenagem de parte do estoque da Companhia; (41) Filial registrada na JUCESP/NIRE **35.906.655.977**, em sessão de 18/10/2024, CNPJ nº **11.660.106/0064-11**, localizada na Capital e Estado de São Paulo, na Avenida Água Fria, nº 84/76, lojas 1 e 2, Água Fria, CEP 02332-000, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de serviços combinados de escritório e apoio administrativo e a instalação e manutenção elétrica; (42) Filial registrada na JUCEA/NIRE **13.920.023.801**, em sessão de 21/01/2025, CNPJ nº **11.660.106/0065-00**, localizada no Estado do Amazonas, no município de Manaus, na Avenida Torquato Tapajós, nº 7.200, Colônia Terra Nova, CEP 69093-415, desempenhando, neste estabelecimento, as atividades de centralização de compras de mercadorias de fornecedores domiciliados no estado do Amazonas, armazenagem, controle e remessa para os demais estabelecimentos Veisure. **Artigo 3º.** A Companhia poderá, por deliberação dos acionistas, abrir novas filiais e outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional, aos quais serão atribuídos, para os fins legais, capital em separado, alocado daquele da matriz. **Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto: (i) exploração e gestão de centrais de recepção e monitoramento de alarmes de roubo, invasão e outras ocorrências; (ii) gestão, manutenção e exploração de sistemas de segurança; (iii) vigilância remota de bens móveis, imóveis; (iv) importação, exportação, comercialização e instalação de sistemas de alarmes e equipamentos relacionados e/ou necessários para operação de sistemas de alarmes; (v) gestão de ativos intangíveis não-financeiros para a atividade de franquia; (vi) gestão de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet; (vii) participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; (viii) artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente. As atividades estabelecidas nos itens (i) à (iv) e (vi) acima, poderão ser desenvolvidas diretamente pela Companhia e/ou por meio de terceiros e/ou uma combinação de ambos, inclusive por meio de franquias. **Artigo 5º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital. Artigo 6º.** O capital social da Companhia é de R\$ 1.022.636.662,58 totalmente subscrito e a ser integralizado, representado por 1.022.636.662 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§1º.** A ação é indivisível perante a Companhia, e a cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais. **§2º.** A titularidade das ações será presumida pela inscrição do nome do Acionista no livro de Registro de Ações da Companhia. **Capítulo III. Das Assembleias Gerais. Artigo 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do ano social, e extraordinariamente, sempre que houver necessidade. **Artigo 8º.** As assembleias gerais serão presididas pelo Diretor Presidente da Companhia ou pelo seu substituto, ou, na ausência de ambos, por um acionista escolhido

por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da assembleia cabe a escolha do Secretário. **§1º.** Será considerada regular aquela Assembleia à qual comparecerem todos os acionistas, hipótese em que a convocação prévia será dispensada. **§2º.** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 ano, que seja acionista, Diretor da Companhia ou advogado. **Artigo 9º.** O quórum de deliberação será aquele previsto na legislação aplicável, exceto quanto às matérias seguintes, cuja aprovação dependerá do voto afirmativo da maioria simples das ações com direito a voto e do não proferimento de voto em contrário por qualquer acionista detentor de ações representando 10% ou mais das ações com direito a voto: **i.** Alteração do objeto social da Companhia; **ii.** Transformação do tipo societário da Companhia; **iii.** Quaisquer operações societárias, tais como fusão, incorporação, cisão; **iv.** Qualquer distribuição, recompra ou resgate de quotas ou quaisquer valores mobiliários da Companhia (ou qualquer de suas subsidiárias) que não seja feita de maneira proporcional entre os titulares de tais quotas ou valores mobiliários. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 10º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída de no mínimo 02 e no máximo 05 diretores, acionistas ou não, mas todos residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral. Dos diretores, um será o Diretor Presidente e, os demais, Diretores sem denominação específica. **Artigo 11º.** O mandato dos diretores terá prazo unificado de 03 anos, considerando-se o ano o período compreendido entre duas Assembleias Gerais Ordinárias. Todos os diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos. **§1º.** A remuneração de todos os diretores será estabelecida pela assembleia geral que os eleger. **§2º.** Os diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro próprio, no prazo máximo de 30 dias, contados da data de sua eleição. **Artigo 12º.** Ocorrendo vaga, por qualquer motivo, do cargo de Diretor Presidente, o respectivo substituto será escolhido pela Diretoria dentre os diretores remanescentes, na primeira reunião que se realizar depois da ocorrência da vaga. Ocorrendo a vaga de um dos demais cargos da Diretoria, esta, na primeira reunião que realizar, se assim o entender conveniente ou necessário, fará o preenchimento do cargo por pessoa que o exercerá interinamente até a primeira assembleia geral que vier a se realizar após o evento, que proverá um cargo definitivo. **§ Único.** O Diretor eleito nos termos deste artigo exercerá as suas funções pelo prazo remanescente do mandato do Diretor que houver sido substituído. **Artigo 13º.** Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, este, sujeito o ato à aprovação da Diretoria, poderá indicar um substituto para servir durante sua ausência ou impedimento. O substituto do diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do diretor substituído. **§ Único.** O substituto poderá ser um dos demais diretores que, neste caso, votará nas reuniões da Diretoria por si e pelo diretor que estiverem substituindo. **Artigo 14º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mas pelo menos uma vez por ano. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente e na sua ausência, pelo diretor que na ocasião for escolhido. **§1º.** As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer Diretor, por escrito, inclusive via fax ou mensagem eletrônica, com antecedência mínima de 05 dias úteis. Fica dispensada de convocação a reunião à qual todos os membros da Diretoria estejam presentes. **§2º.** As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião, em caso de empate, também o voto de desempate. **§3º.** O quórum de instalação das reuniões da Diretoria será o da maioria dos membros em exercício. **Artigo 15º.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, res-salvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à Assembleia Geral. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para: **i.** Zelar pela observância da lei e deste Estatuto; **ii.** Zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e nas suas próprias reuniões; **iii.** Administrar, gerir e superintender os negócios sociais; **iv.** Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e **v.** Distribuir, entre seus membros, as funções da administração da Companhia. **§1º.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais e municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais compete a qualquer diretor. **§2º.** A prática de qualquer ato ou negócio que envolva montante superior a R\$ 2.000.000,00, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 meses, ficará condicionada à prévia autorização dos acionistas representantes da maioria do capital social manifestada em assembleia geral ou por meio de autorização, declaração, carta, telegrama, fax-símile, correio eletrônico ou qualquer outra forma escrita. **Artigo 16º.** Todos os atos e documentos que importem responsabilidade ou obrigação da Companhia, tais como escrituras de qualquer tipo, cheques, notas promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento e outras operações financeiras, empréstimos, financiamentos e instrumentos de dívida em geral, serão obrigatoriamente assinados por: **i.** Diretor Presidente isoladamente; ou **ii.** Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor; **iii.** Um Diretor em conjunto com um procurador; ou **iv.** Dois procuradores, em conjunto, desde que investidos de poderes especiais. **Artigo 17º.** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia nos termos do artigo 15 acima, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daqueles para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de um ano. **Artigo 18º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, procurador ou funcionário, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Diretoria, em reunião. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 19º.** O Conselho Fiscal da Companhia, que será integrado por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Capítulo VI. Do Exercício Social, do Balanço e do Lucro. Artigo 20º.** O exercício social teria início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 21º.** Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes. **Artigo 22º.** O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal se em funcionamento. **§1º.** A Companhia poderá levantar relatórios financeiros e balanços intermediários preparados com propósitos fiscais ou para distribuição de dividendos intermediários ou intercalares. **§2º.** A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os ao dividendo obrigatório. **Artigo 23º.** Os dividendos colocados à disposição dos Acionistas reclamados em 03 anos prescreverão em favor da Companhia. **Capítulo VII. Da Liquidação. Artigo 24º.** A Companhia será dissolvida nos casos previstos em lei e a sua liquidação será processada de acordo com o estabelecido nos termos dos artigos 208 e seguintes da Lei Federal nº 6.404/76. **Capítulo VIII. Acordo de Acionistas. Artigo 25º.** Eventuais Acordos de Acionistas serão arquivados na sede da Companhia e deverão sempre ser observados pela Companhia, pela Administração e por seus Acionistas. **§ Único.** Os diretores da Companhia deverão assegurar a observância do Acordo de Acionistas e o Presidente da Assembleia Geral deverá declarar inválido o voto transmitido pelo acionista em violação aos termos do Acordo de Acionista. **Capítulo IX. Arbitragem. Artigo 26º.** Qualquer conflito ou controvérsia decorrente: (a) da interpretação dos termos desse Estatuto Social; e/ou (b) da execução das obrigações estabelecidas neste Estatuto; e/ou (c) da violação de qualquer dos termos e condições ora estabelecidos; que não tiver sido solucionado por meio de negociações amigáveis entre os Acionistas, deverá ser resolvido por meio de arbitragem, conforme disposto no presente Estatuto (“Arbitragem”). **Artigo 27º.** A Arbitragem deverá ser conduzida de acordo com a lei brasileira de arbitragem (“Lei Federal nº 9.307/96”) e conforme normas da Câmara de Comércio Brasil – Canadá, que será responsável pela condução do procedimento arbitral. Os Acionistas acordam que, caso o Regulamento Arbitral da Câmara do Comércio Brasil – Canadá contenha qualquer falha de procedimento, as disposições processuais da Lei Federal nº 9.307/96 e do Código de Processo Civil Brasileiro serão aplicáveis, nesta ordem. **Artigo 28º.** O Tribunal Arbitral deverá ser composto de 03 árbitros. O que houver requerido a Arbitragem deverá, simultaneamente com este requerimento, indicar 01 árbitro e notificar os outros Acionistas a respeito da indicação, juntamente com a aceitação do árbitro. No prazo de 15 dias após o recebimento desta notificação, o(s) outro(s) Acionista(s) deverá(ão) indicar o segundo árbitro e notificar o Acionista requerente a respeito de sua indicação, juntamente com a aceitação do árbitro. O terceiro árbitro, que deverá presidir o Tribunal Arbitral, deverá ser indicado pelos outros 02 árbitros no prazo máximo de 20 dias. Caso um Acionista deixe de indicar um árbitro ou no caso de 02 árbitros não chegarem a um consenso quanto a indicação do terceiro, nos termos acima dispostos, tal árbitro ou árbitros serão indicados, mediante solicitação do Acionista interessado, pelo Presidente da Câmara de Comércio Brasil – Canadá. **Artigo 29º.** Todos os procedimentos e documentos relacionados à arbitragem serão conduzidos e/ou preparados no idioma português. A Arbitragem ocorrerá na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil. Os árbitros decidirão com base na legislação brasileira aplicável, não se aplicando o princípio da equidade. **Artigo 30º.** Os Acionistas concordam em envia-los seus melhores esforços para alcançar solução rápida, econômica e justa a qualquer conflito submetido à Arbitragem. **Artigo 31º.** O laudo arbitral será final e vinculará os Acionistas. Os Acionistas concordam em não submeter qualquer conflito a procedimento judicial ou arbitral diferente do previsto neste Estatuto. **Artigo 32º.** A responsabilidade pelo pagamento dos custos e despesas relacionados à Arbitragem será determinada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil – Canadá ou pelo Tribunal Arbitral. **Artigo 33º.** Respeitadas as disposições deste Capítulo, e unicamente com o propósito de ser obter medidas prévias, vinculantes e temporárias, bem como para se obter a iniciação obrigatória da arbitragem ou medidas preliminares para assegurar o *status quo* dos Acionistas de arbitragem em andamento ou em vias de se iniciar, os Acionistas elegem os tribunais da Cidade e Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Além disso, os Acionistas elegem, para fins de execução da sentença arbitral, os tribunais da Cidade e Estado de São Paulo ou qualquer outro em que o Acionista executado possuir bens. **Artigo 34º.** A recusa de qualquer dos Acionistas em celebrar o respectivo compromisso arbitral e/ou em submeter-se à decisão contida no laudo arbitral será considerada violação às obrigações assumidas neste Estatuto, sujeitando tal Acionista ao pagamento de multa não compensatória equivalente à 20% do valor em disputa.



NEGÓCIOS

Cade certifica trânsito em julgado da fusão Petz-Cobasi, que deu origem à União Pet



O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) certificou o trânsito em julgado do ato de concentração entre Petz e Cobasi, que resultou na fusão das duas redes de pet shop. Com isso, a decisão do órgão antitruste tornou-se definitiva, não sendo mais possível apresentar recursos dentro da esfera administrativa. A certidão de trânsito em julgado foi assinada nesta terça-feira, 27.

Na semana passada, o conselheiro-relator do caso, José Levi Mello do Amaral Jr. negou embargos de declaração apresentados pela Petlove. José Levi considerou que não existe contradição ou omissão a ser sanada.

A fusão entre Petz e Cobasi foi aprovada pelo Cade em 10 de dezembro, condicionada à assinatura de um Acordo em Controle de Concentração (ACC) que prevê a venda de um conjunto de lojas em São Paulo. Também foram acordados entre os advogados das empresas e os conselheiros do órgão outros “remédios comportamentais”. Como a aprovação da operação foi condicionada à celebração de TCC, o Cade deverá seguir monitorando o cumprimento dos termos acordados.

O acordo prevê a venda de 26 lojas localizadas no Estado de São Paulo, que responderam por 3,3% do faturamento das duas companhias combinadas nos últimos 12 meses até o terceiro trimestre. Ao todo, a Petz

tem 125 lojas em cidades paulistas, e a Cobasi, 149.

A fusão foi concluída em janeiro de 2026, criando uma nova empresa líder no mercado pet brasileiro, agora operando sob o ticker AUAU3 na B3, com a Petz tornando-se subsidiária da Cobasi, formando a União Pet, que une as operações de ambas as redes e marcas.

A Petlove, que era a terceira maior varejista do setor, entrou como terceira interessada no processo que estava em análise no órgão concorrencial desde meados de 2024. Nos embargos de declaração, ela argumentou que o texto do acordo permite a alienação dos ativos das empresas sujeitos a desinvestimento a um ou mais compradores.

IstoÉDinheiro

Governo de SP formaliza contrato da PPP do túnel Santos-Guarujá com o grupo Mota-Engil

O governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) e o grupo português Mota-Engil assinaram, nesta quarta-feira, 28, o contrato da Parceria Público-Privada (PPP) do Túnel Santos-Guarujá. Com previsão de quase R\$ 7 bilhões em investimentos, o projeto centenário foi leiloado em setembro de 2025.

O cronograma prevê a conclusão das obras e o início da operação do primeiro túnel submerso do País em 2031. Os próximos passos após a assinatura incluem a definição da área destinada à doca de fabricação dos módulos de concreto. O início da produção está previsto para 2027, com a montagem da estrutura imersa até 2030.

“Em 2031, o primeiro túnel imerso do Brasil estará pronto e será a principal conexão entre 2 milhões de pessoas, novas oportunidades e o futuro da Baixada Santista”,

disse o governador de São Paulo, por meio de nota.

A construção será feita por meio de módulos de concreto pré-moldados instalados no leito do canal portuário, como já realizado antes na Europa e na Ásia. Só depois os módulos serão afundados, encaixados e cobertos por uma camada de pedras.

O projeto prevê a construção de um túnel de 870 metros sob o canal portuário, com três faixas por sentido, passagem para pedestres e ciclistas e galeria de serviços. O contrato, com prazo de 30 anos, inclui também as etapas de operação e manutenção da infraestrutura.

A expectativa é que o tempo de travessia entre Santos e Guarujá caia para até cinco minutos após a construção do túnel. Atualmente, a ligação rodoviária entre as duas cidades tem 40 quilômetros de extensão, com tempo de viagem em torno de uma hora.

IstoÉDinheiro

Azul lança títulos de dívida no mercado internacional com vencimento em 2031



A Azul informou na manhã desta quarta-feira, 28, que sua subsidiária, Azul Secured Finance LLP, uma sociedade de responsabilidade limitada de Delaware, lançou uma oferta privada de títulos de dívida seniores com garantia prioritária e vencimento em 2031. O valor da operação não foi informado.

Segundo comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a operação deve financiar a sua saída do plano de reestruturação da companhia, o Chapter 11, de forma a quitar o saldo devedor em aberto de seu financiamento DIP (debtor-in-possession) e com os recursos

remanescentes, se aplicável, apoiar a implementação de seu plano abrangente e permanente de reestruturação, voltado à otimização de sua estrutura de capital e ao aumento de sua liquidez.

Conforme a empresa, os Títulos de Dívida serão garantidos pela companhia e suas subsidiárias Azul Linhas Aéreas Brasileiras, IntelAzul, ATS Viagens e Turismo, Azul IP Cayman Holdco, Azul IP Cayman Ltd e pela Azul Conecta, além de contarem com um pacote de garantias que inclui certos recebíveis gerados pelo Azul Fidelidade (programa de fidelidade da Companhia), pela Azul Viagens e pela Azul Cargo, além de certas marcas, nomes de domínio

e algumas outras propriedades intelectuais usadas pelos negócios aéreos da Azul, Azul Fidelidade, Azul Viagens e Azul Cargo, bem como ações e/ou quotas das subsidiárias da empresa.

“Os termos da oferta estão sujeitos às condições de mercado e a outras condições. Não há qualquer garantia de que a oferta e a venda dos Títulos de Dívida serão consumadas”, disse a empresa. “Os Títulos de Dívida não podem ser ofertadas e não serão vendidas no Brasil, exceto em circunstâncias que não constituam uma oferta pública ou uma distribuição não autorizada nos termos da legislação e regulamentação brasileiras.”

IstoÉDinheiro